

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**DISCENTES DO 1º SEMESTRE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFRB: QUE RELAÇÕES OS TROUXERAM PARA O CURSO?**

YRAI SCHMALB PASSOS

CACHOEIRA - BA

2015

YRAI SCHMALB PASSOS

**DISCENTES DO 1º SEMESTRE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFRB: QUE RELAÇÕES OS TROUXERAM PARA O CURSO?**

Trabalho de conclusão de Curso submetido à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social. Sob a orientação da Professora Marcela Mary José da Silva.

CACHOEIRA - BA

2015

YRAI SCHMALB PASSOS

**DISCENTES DO 1º SEMESTRE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFRB: QUE RELAÇÕES OS TROUXERAM PARA O CURSO?**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. ^a Marcela Mary José da Silva
UFRB

Prof.^a. Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda
UFRB

Jeane Araújo dos Santos

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

CACHOEIRA - BAHIA

2015

*Dedico a
meu amado filho Felipe.*

AGRADECIMENTOS

Esta vitória não somente me pertence, ela reflete a luta e o empenho de inúmeras pessoas, essa vitória é fruto de uma longa caminhada que comecei a percorrer há muitos anos atrás, considero esta monografia como resultado de um longo processo que também não se findará nesta conclusão específica.

Sem dúvidas este é um momento especial, de renovação para a alma e para o espírito, porque apesar de parecer o fim este é apenas o início de uma longa jornada. A cada momento descubro sensações novas que me comovem e que me deixa à mercê dos meus muitos desejos, pois para mim, o futuro tem se iniciado todos os dias e ele se apresenta cheio de novidades e me mostrando sempre novos desafios a serem conquistados.

Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma contribuíram para a construção desta conquista tão importante e que fizeram parte indispensável desta construção.

Agradeço a minha mãe por ser o exemplo de mulher que inspira coragem, força e superação, a meu tio Roberto por ser o meu exemplo de sucesso e integridade moral, a minha avó Altair (in memoriam) pelo amor imensurável, a meu filho pela coragem que me proporciona para ser a minha melhor versão e de nunca desistir de lutar por nós dois, a tia Lucia por amar e completar tão bem a minha pequena e amada família, a meu primo Marcelo por ser o irmão que não tive, a meu companheiro Enoc por ser exatamente como é e assim completar o que faltava em minha vida, a tia Cris por ter puxado por tantas vezes a minha orelha nas atividades de matemática, a família Carneiro em especial tia Cica e d. Elizete por cuidarem de mim no momento de construção de certa parte deste trabalho, a minha fiel escudeira Gel por dividir comigo as angústias do TCC e finalmente agradeço a mim mesma por apesar de todas as inúmeras dificuldades que tive ao longo dessa jornada que começou em 2011 não ter desistido, foi através de muita força, raça e coragem que concluo a minha graduação em Serviço Social.

As etapas que a vida me deu, os sorrisos que conquistei as tristezas e alegrias que passei, assim como as derrotas e vitórias, tudo foram reflexos e sinônimos de muito aprendizado, entendi que a minha felicidade só depende de mim e para isso preciso ir à luta, então, avante e que assim seja!

RESUMO

Apresenta-se como objeto de estudo nesta presente pesquisa observar qual a percepção dos alunos da graduação em Serviço Social do 1º semestre da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia quanto ao curso, procurando investigar o que trouxe esses alunos e o que motivou a inserção desses estudantes ao bacharelado. Investigar o que cada estudante que ingressa na universidade observa da profissão, qual é a imagem que esses estudantes têm e como eles entendem a atuação do profissional dentro das organizações sociais também são perguntas presentes nesta dissertação. Assim, busca-se através desse estudo objetivar e analisar o que cada estudante traz como conhecimento prévio sobre o serviço social. Procurou identificar a priori os primórdios do Serviço Social como profissão, trazendo alguns dados históricos desde a sua gênese até o serviço social praticado hoje. Os campos de atuação, o perfil da profissão e a forma como os assistentes sociais da Bahia estão inseridos em seus espaços sócio-ocupacionais e de que forma a imagem da profissão tem se consolidado dentro do estado da Bahia também são preocupações inerentes dentro deste trabalho de conclusão de curso.

Palavras-chave: Assistente Social, Serviço Social, UFRB, Perfil Profissional.

ABSTRACT

It is presented as an object of study in this present study observed that the perception of undergraduate students in Social Work for the 1st half of the Federal University of Bahia Reconcavo on the course, seeking to investigate what brought these students and what motivated the inclusion of these students the bachelor's degree. Investigate what each student who enters the university observes the profession, which is the image that these students have and how they understand the performance of the professional within social organizations are also present questions in this dissertation. Thus, we seek to slant aim of this study and analyze what each student brings as prior knowledge of the social service. Sought to identify a priori the beginnings of social work as a profession, bringing some historical data from its genesis to the social service practiced today. The fields of activity, the profile of the profession and the way of Bahia social workers are embedded in their social and occupational spaces and how the profession image has been consolidated within the state of Bahia are also concerns inherent in this work course completion.

Keywords: Social Worker, Social Services, UFRB, Professional Profile.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Discentes do 1º semestre 2014.2 quanto à sua naturalidade.....	61
Gráfico 02 - Discentes do 1º semestre 2014.2 quanto a sua instituição de conclusão do ensino médio.....	62
Gráfico 03 - Discentes do 1º semestre 2014.2 se conhecem algum profissional formado em Serviço Social?.....	63
Gráfico 04 - Discentes do 1º semestre 2014.2 se já recebeu alguma informação sobre grupos de pesquisa e extensão no CAHL?.....	65
Gráfico 05 - Discentes do 1º semestre 2014.2 porque escolheu a universidade em questão?.....	66
Gráfico 06- Discentes do 1º semestre 2014.2 como você definiria a profissão do Assistente Social?.....	67

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associações Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
EAD - Educação a Distância
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FAN - Faculdade Nobre de Feira de Santa
FENEP - Federação Nacional das Escolas Particulares
FGV - Fundação Getulio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IES - Instituições de Ensino Superior
LBA - Legião Brasileira de Assistência Social
MEC - Ministério da Educação e Cultura
ONG – Organização Não Governamental
PNE - Plano Nacional para a Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática
PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PUC - Pontifícia Universidade Católica
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada
UCSAL - Universidade Católica de Salvador
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA - Universidade Federal do Estado da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PANORAMA MUNDIAL: A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EQUANTO PROFISSÃO.....	15
2.1 Contextualizações históricas do Serviço Social na America Latina.....	18
2.2 O advento do Serviço Social brasileiro.....	21
2.3 A reforma educacional brasileira.....	30
2.4 A privatização do ensino superior no Brasil.....	37
3 SERVIÇO SOCIAL PROFISSÃO LIBERAL NO BRASIL.....	39
3.1 Análise do perfil profissional dos Assistentes Sociais no Brasil.....	45
3.2 Modalidades de formação profissional em Serviço Social no território baiano....	47
3.3 A criação da primeira escola de Serviços Social no estado da Bahia.....	50
4 A MATERIALIZAÇÃO DA EXPANÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PAÍS.....	25
4.1 A implantação do primeiro curso público de Serviço Social do estado.....	56
4.2 Perfil dos alunos do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB: Dados da pesquisa realizada.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
APÊNDICE.....	73

1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como motivação inicial buscar entender quais as motivações dos alunos ingressantes do 1º semestre do bacharelado em serviço social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia acerca, portanto da profissão de Assistente Social e analisar quais as relações que os trouxeram para este curso em questão.

Logo buscou-se assim perceber as percepções prévias que esses sujeitos têm a respeito do Serviço Social enquanto profissão e para além disso, quais são os contatos e quais as aproximações que esses alunos tiveram com o Serviço Social em seus espaços sócio-ocupacionais de trabalho, analisando o impacto da profissão em suas respectivas vidas até a sua inserção no curso de graduação da UFRB.

Iniciamos a pesquisa usando metodologia científica, procurando assim abordagens técnicas para entender de uma maneira sistemática as inquietações que originaram este trabalho, desta forma nós buscamos respostas para as indagações iniciais em busca de nos aproximarmos do nosso objeto de estudo assim como dos sujeitos da nossa pesquisa para poder assim adquirir mais conhecimentos sobre ambos.

Foi iniciada uma pesquisa exploratória onde o nosso objeto que caracteriza-se por ser, o que faz os estudantes escolherem o curso de Serviço Social, foi caracterizado, classificado e definido constituindo assim o primeiro estágio de toda a nossa pesquisa científica.

Ao longo de toda a trajetória do bacharelado, período este que compreende quatro anos, os graduandos do curso passam por diversas aproximações com a profissão, tomando assim conhecimento no decorrer do processo de formação profissional sobre a importância essencial em apreender e compreender a real atuação dos assistentes sociais em seu contexto macro, entendendo desta forma as relações históricas, teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político da profissão e logo, os reflexos de uma prática correta e desvincilhada do caráter filantrópico de outrora.

Neste processo de formação e durante a graduação absorvemos os conceitos e direcionamentos que compreendem a sustentação dos direitos dos cidadãos e da garantia pela democracia plena, princípios esses que são tão fortemente afirmados, debatidos e principalmente que tem se tornado conteúdo e pautas de lutas e

reivindicações pelos conselhos do serviço social e onde pode ser testemunhados e ratificados no próprio código de ética profissional.

Conforme a indagação inicial que permeia a construção deste trabalho, houve outras perguntas que traspassam e coincidem com própria formação profissional, logo que o desempenhar da função de assistente social e a formação destes profissionais então intrinsecamente interligadas com a qualidade, com a natureza e com as espécies e formas da própria atuação dos assistentes sociais.

Desta forma, o que se coloca neste trabalho é uma tentativa de compreensão do que leva um sujeito a querer cursar um bacharelado em Serviço Social, buscando a assimilação de informações sobre o que se tem mostrado ou não para a sociedade através do trabalho de profissionais já formados e que estão desempenhando suas funções na sociedade.

Enfim, é uma busca, uma construção, de uma maneira de entender o que levou esses alunos a ingressarem no curso e desta forma buscar um maior esclarecimento quanto aos desafios com os quais o Serviço Social se depara diariamente.

Entender e analisar o percurso histórico da sociedade e da profissão tornou-se necessário, afinal foram através de percepções, investigações e análises bibliográfica, do que se tem exposto da prática e da historia dos Assistentes Sociais que conseguimos produzir este trabalho.

Cada indivíduo que ingressa na graduação percebe a profissão antes de ter acesso aos conhecimentos técnicos perpassados ao longo do bacharelado, e procuramos identificar e conhecer essas percepções buscando entender o trabalho do assistente social e se este novo ingresso sabe de fato o que é o trabalho do profissional.

Para atingir este objetivo, foi utilizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, que possibilitou um maior contato com os anseios do serviço social e dos ideais concretos da profissão, foi reunido um conjunto de dados relacionados à história, a política e a inserção da profissão na sociedade, desta forma, houve a possibilidade de selecionar, correlacionar e entender a organização e as transformações das políticas sociais do próprio serviço social e dos processos históricos existentes na sociedade.

A abordagem do tema proposto aconteceu através da análise e discussão da parte histórica do Serviço Social, desta forma no primeiro capítulo foi levantado à

gênese do serviço social. Inicialmente, portanto começamos a discussão a partir do surgimento da profissão no continente Europeu, na América do norte, na América do sul e estendendo-se o debate até chegar ao Serviço Social praticado no Brasil, conseqüentemente foi preciso relacionar a instauração, a reforma e contra reforma da educação no Brasil para assim atingir e poder desta forma interligar com as escolas de serviço social do estado da Bahia, procurando analisar as formas com que as primeiras escolas de formação profissional no estado caracterizavam-se.

Posterior a isso, começamos um debate acerca da privatização do ensino superior no país abordando as formas e como o ensino superior privado tem crescido do país, tomando grandes proporções. Neste subtópico específico, procuramos fomentar o debate para uma possível análise de como esse modelo de instituições educacionais se desenvolveram e logo procuramos investigar quais os aspectos políticos e econômicos que propiciaram essa mudança e esse rápido desenvolvimento dessas instituições em questão.

No terceiro capítulo deste trabalho partimos do Serviço Social inserido no mercado de trabalho e já sendo caracterizado como uma profissão liberal em território nacional. Neste capítulo em questão foram abordadas as legislações que regulam a profissão assim como a lei que tornou o Serviço Social uma profissão liberal em território nacional, foi também neste momento em que elencamos informações sobre os conselhos federais e estaduais que fiscalizam e protegem o exercício profissional, mostrando o que são e para que servem.

Nos subtópicos deste terceiro capítulo também foi iniciada uma análise do perfil profissional dos Assistentes Sociais no Brasil, onde foi procurado elencar a quantidade de profissionais registrados nos conselhos, quais os campos em que esses profissionais mais estão inseridos, e quais as características desses profissionais.

Posterior a isto foi demonstrado os tipos de escolas de formação em serviço social no estado da Bahia, elencando a quantidade dessas escolas que encontram-se em atividade e pleno funcionamento dividindo-as entre as categorias público e privado, presencial e EAD. E no tópico conseqüente iniciamos uma reflexão sobre a criação da primeira escola de serviços social no estado da Bahia, onde abordamos a história do serviço social baiano e das suas respectivas características no estado, no que se refere às formas de ensino dessas instituições de graduação, analisando

suas origens correlacionando-as com a forma como o serviço social surgiu e as características da profissão como, por exemplo, a sua disposição geográfica.

No quarto capítulo trouxemos o debate para a UFRB, mostrando como ela surgiu, e quais os propósitos da vinda desta instituição federal em questão para o interior da Bahia. Neste momento específico a intenção foi mostrar como é a universidade, quais são os cursos que ela disponibiliza e assim comentando sobre o seu sistema *multicampi* em que possibilita e, portanto leva a várias cidades do recôncavo baiano os seus centros de ensino.

É neste capítulo em seu primeiro subtópico em que também trouxemos informações sobre o primeiro curso de serviço social do estado da Bahia em uma instituição de ensino público e de origem federal. Neste momento foi feita uma análise do curso, apresentando a graduação em serviço social da UFRB, mostrando a proposta do curso e as suas características.

Todo esse percurso desde a origem no serviço social na Europa até as características do serviço social na Bahia foram necessárias para assegurar uma abordagem concisa e sólida, de forma a estar embasadas na própria história da profissão, procurando, portanto chegar a um denominador comum que compreendo ser os reflexos da história e da forma como o serviço social se mostra sendo praticado na sociedade.

Foi observada a necessidade e a importância de abordar o processo de gênese e de todo o percurso histórico profissional, bem como, as mudanças no âmbito social, econômico e político da sociedade moderna, para saber correlacionar assim com o serviço social praticado hoje, logo que, a prática do profissional é o que o caracteriza e o legitima diante e perante a sociedade.

Em busca do cumprimento dos objetivos propostos, a presente pesquisa seguiu um conjunto de procedimentos metodológicos que fundamentaram sua execução onde foi usada a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A opção metodológica definida para realização deste estudo foi à defendida pela pesquisa qualitativa por responder a questões muito particulares de cada estudante em questão.

Desta forma a pesquisa de campo procurou objetivar e buscar a compreensão dos motivos pelo qual, cada estudante escolheu o curso tomando como hipótese que os jovens ingressantes do bacharelado em Serviço social possuem seu próprio território, assim como estes vivem dentro dele cotidianamente e logo já tiveram ou

não algum contato com a profissão e desta forma têm algum conhecimento ou quiçá alguma aproximação com a profissão.

Este estudo privilegiou, acima de tudo, as particularidades das informações obtidas, a contribuição dos sujeitos envolvidos na etapa de seu desenvolvimento na pesquisa em questão se tornou um desafio impar tendo em vista a proximidade da pesquisadora com seu objeto de estudo e as dificuldades em que os estudantes aderissem e assim colaborassem como o sucesso da coleta de dados.

Outro desafio da pesquisa diz respeito à análise e interpretação dos dados onde novamente a respostas em alguns casos não foram levadas a sério, e, portanto não respondidas.

A pesquisa bibliográfica realizada durante todo o período de construção deste trabalho de conclusão de curso constituiu-se em uma etapa importantíssima e demasiadamente enriquecedora para a pesquisadora em questão, considerando que houve acima de tudo uma busca pela compreensão de assuntos relevantes ao presente estudo.

Foi essencial que no primeiro momento houvesse a compressão da trajetória do serviço social, entendendo que percorrer os caminhos trilhados pelo Serviço Social contribuiu para a compreensão de questões importantes que constam e permeia essa pesquisa. Pesquisar sobre esses fatos históricos e assim poder lembrar o surgimento da profissão e de questões ligadas ao Serviço Social me permitiu lembrar também assuntos perpassados pelos mestres durante todo o período que compreendeu a minha graduação.

Na pesquisa de campo onde foram definidas as hipóteses de trabalho e os objetivos deste estudo, definiu-se como universo da pesquisa a turma do primeiro semestre logo que por serem ainda sujeitos que começaram as suas aproximações com o universo do Serviço social poderiam assim responder aos questionamentos deste referido trabalho.

2 PANORAMA MUNDIAL: A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EQUANTO PROFISSÃO

Iniciando o debate acerca do serviço social e para saber como a profissão é entendida e desta forma praticada hoje, em nossa sociedade, faz-se necessário retroceder na história e compreender o nascimento da profissão, adentrando na

trajetória do serviço social na sociedade buscando analisar quais as motivações que fizeram com que fosse necessária a institucionalização do serviço social enquanto profissão.

Não é objetivo dessa dissertação aprofundar-se extremamente na análise do seu percurso histórico, entretanto alguns aspectos importantes precisam ser considerados quando se propõe refletir sobre a contemporaneidade e logo o Serviço Social inserido nesta realidade.

Sabemos historicamente que o serviço social possui a sua gênese atrelada, a influência do cristianismo e principalmente ao anseio da classe burguesa de diminuir os males sociais da época, a então “questão social¹”, que emergia da sociedade do século XIX devido à industrialização que emergia. Desta forma buscava-se, na época, momento de modernização do continente europeu, aplacar as mazelas sociais existentes, com a intervenção do serviço social, Segundo José Paulo Netto,

Esta solidamente estabelecida, na bibliografia que de alguma forma estuda o surgimento do serviço social como profissão – vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada – a sua vinculação com a chamada “questão social”. Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada no desenvolvimento profissional, não há dúvidas em relacionar o aparecimento do serviço social com as mazelas próprias a ordem burguesa com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e do evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (NETTO, 1996, p.13)

Destarte, a Revolução Industrial², transformou as relações econômicas, políticas e sociais de toda uma geração, foram diversos os fatores que acarretaram essas mudanças, tais como, o rápido crescimento das cidades, causadas pelo forte êxodo rural das famílias camponesas, que buscavam nos grandes centros urbanos, fugir da fome e arranjar emprego nas fábricas que surgiam cada vez mais, devido à forte industrialização.

Essas populações rurais recém migradas dos campos marginalizavam-se a beira das indústrias, justamente, devido à falta de estrutura das próprias cidades e conseqüentemente do governo que, logicamente, não comportavam assim como, não

¹ A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre o capital e trabalho.

² A Revolução industrial aconteceu na Europa especificadamente da Inglaterra no século XIX, ela foi um conjunto de mudanças na estrutura sócio-econômica basicamente foi industrialização da sociedade da época, ou seja, acontece à substituição do trabalho artesanal pelo manufaturado.

estavam prontos para essa demasiada e crescente demanda populacional que surgia repentinamente.

Esse processo de urbanização desenfreado ocasionou diversos problemas sociais, o estado não estava pronto para subsidiar as necessidades básicas desses contingentes de pessoas que a partir deste momento se inseriram nas cidades a procura de trabalho nas indústrias que por consonância também precisavam de mão de obra para produzir.

Martinelli explana a seguir esse fato,

Há nesse momento uma demanda contínua de mão-de-obra para atender ao ritmo acelerado da produção fabril, tem-se uma concentração da população operária que passa a viver nos arredores das fábricas, contribuindo com o surgimento das cidades industriais, como condição necessária do capital. (MARTINELLI, 2001, p.36).

Essa forte migração proporcionou mudanças, e como já foi dito anteriormente, transformou a sociedade e a relação existente entre o capital e o trabalho. *A expressão “questão social” começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das “questões sociais”* (Netto, 2001, p. 42).

Desta maneira a “questão social” constitui-se por ser, as consequências das grandes transformações econômicas, sociais e políticas, do mundo do trabalho, ocorridas e desencadeadas pelo processo de industrialização e urbanização desenfreado das cidades.

Martinelli, apropriando-se dos estudos de Marx, enfatiza sobre o capitalismo e desta nova ordem social no trecho a seguir,

[...] os significados atribuídos ao capitalismo por esta vertente, que faz das formulações de Marx os seus fundamentos, deixam claro que compreender o capitalismo como categoria histórica implica viabilizá-lo não apenas como um período histórico ou uma ordem econômica distinta. É preciso considerá-lo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como um modo de produção associado a um sistema de ideias e a uma fase histórica. (MARTINELLI, 1997, p.29)

Partindo dessa premissa, a “questão social” precisava de respostas, ou no caso, de uma intervenção, logo, se buscou respaldo no serviço social. Sendo assim, a “questão social” passou a ser o objeto do serviço social e a partir deste momento tornou-se intimamente vinculada ao profissional e a sua prática. Iamamoto define:

Como já foi referido, o Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o *conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura*, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

Neste momento, portanto como resposta, o Estado cria mecanismos para atender às necessidades impostas por esta realidade posta, e é nesse enfrentamento da “questão social”, cujo objetivo é acalmar e não combater a questão social, que se percebe a intenção de tranquilizar os ânimos sem precisamente mudar a ordem da sociedade implantada, como considera José Paulo Netto (2001) “*um reformismo para conservar*”.

Portanto a revolução industrial gerou uma nova forma de organização social e econômica, trazendo consequências políticas e sociais para o mundo, tanto positivas quanto negativas. Ela foi um processo de reorganização de todo o modo de produção vigente na época, que passou de feudalismo para capitalismo industrial, reestruturando todos os setores da vida humana e da estrutura socioeconômica do velho continente.

2.1 Contextualizações Históricas do Serviço Social na América Latina

Para compreender o contraponto na contextualização histórica do surgimento do serviço social na América latina, faz-se necessário traçar alguns aspectos relevantes, a partir do contexto sócio-histórico, na perspectiva de situar as relações sociais de poder e de trabalho na América do sul e no mundo.

O Serviço Social foi alvo em toda a sua história de inúmeras influências externas, sendo estas influências de cunho, políticos, sociais, econômicas e principalmente as influências religiosas, além de igualmente terem sido construídos através das discussões internas e dos debates da própria categoria ocorridos ao longo de sua trajetória.

As primeiras escolas de Serviço Social da América Latina, que se tem conhecimento, surgiram no Chile em 1925, pelas mãos de um médico Chileno, Alejandro Del Río. Na América do Sul, o Serviço Social surge como subprofissão, subordinada à profissão médica, “porque os médicos – especificadamente Alejandro

Del Río - procuravam aumentar a sua eficiência e o seu rendimento integrando-a a serie de outras subprofissões já existentes.” (CASTRO, 2000).

Manrique Castro comenta o surgimento do Serviço Social,

Alem de indagar sobre o surgimento do serviço social em algum ponto do continente - todos sabem que a primeira escola, Alejandro Del rio, fundou-se no Chile, em 1925 -, pode-se investigar uma emergência do serviço social “chileno”, “peruano,” “argentino” etc., com marcado cariz nacional ou, ainda, um aparecimento do serviço social latino-americano isto é o momento em que a profissão se “latino-americaniza-se”, adquirindo um perfil, um caráter, uma genérica condição latino-americana e um horizonte comum. (Castro, 200 p.27)

Para então elucidar melhor o contexto em que a profissão surgiu na America do Sul, faz-se necessário, tecer alguns comentários sobre o panorama político mundial da época, que se encontravam pós a segunda grande guerra mundial, onde os Estados Unidos havia saído vitorioso do embate neste caso com a então União Soviética. Desta forma, após essa vitória, houve uma grande disseminação dos ideais Americanos em todo mundo, e é fato, que houve também uma grande influência Norte Americana no Serviço Social dos países da America do Sul.

O mesmo autor esclarece sobre esses fatos como é citado no fragmento que se segue,

Naqueles anos, era cada vez mais evidente a influencia norteamericana e as suas propostas de trabalhos com grupos ganhavam crescente audiência. De fato, terminava a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos implementavam, para consolidar a sua hegemonia sobre o mundo, uma estratégia múltipla, em cujo interior ocupava espaço privilegiado a internacionalização de seus valores. (CASTRO, 2000, p. 23 e24)

A aproximação na relação entre o Serviço Social e a Igreja Católica sempre foi algo existente, na América Latina a profissão esteve igualmente ligada e subordinada à igreja, aos ideais do Serviço Social Europeu e ao Cristianismo. O trabalho exercido e desempenhado pelos profissionais do serviço social sempre possuíram concepções beneficentes e com caráter assistencial e na America do Sul não foi diferente. Ainda segundo Castro essas influências seriam normais dadas ao longo do processo de vinculação entre os continentes, americano e o europeu.

[...] a influencia sobre o serviço social não é algo exclusivo dele, nem pode ser visualizada como apenas correspondente a uma interação só favorável aos europeus. um amplo processo de relação estrutural e de subordinação nas distintas esperas da vida social é o sub

produto das múltiplas formas da influencia europeia nos mais variados campos e setores de atividades

Contudo, essa influencia não é uma simplesmente uma abstração. Sua cristalização é constatável aferindo-se o comportamento das classes dominantes, do estado, da igreja, e etc. (CASTRO, 200, p. 39).

No continente latino americano, inicialmente, o serviço social se apresentou bastante envolvido com os interesses das classes dominantes, como é o exemplo da sua aproximação com a classe médica, mas, antagonicamente, ele sempre esteve próximo das necessidades das classes subalternas, o proletariado. Os assistentes sociais se tornaram mediadores entre ambas as classes sociais, e é desta forma que o serviço social se aproxima das causas populares, como explica Castro no trecho:

As formas de organização popular- em particular, da classe operaria, progressivamente, foram apresentando novas exigências especiais, a que se tentou responder atreves de mecanismos distintos. Com eles as classes dominantes procuraram direcionar as lutas populares, enquadrando-as no âmbito da legislação burguesa cuja tramitação e controle cabem ao estado. (Castro, 200 p.45)

É na medida em que a profissão vai se inserindo na sociedade capitalista moderna, que o serviço social começou a passar por mudanças e transformações em sua estrutura. Enquanto nos primórdios da profissão o serviço social estava mais amarrado à igreja Católica e as classes que dominavam a sociedade, a burguesia, conforme mencionado anteriormente, e com a inserção da profissão no mundo do trabalho, é que os assistentes sociais se tornaram uma ferramenta na luta em defesa pela igualdade entre as classes e desta forma, passando a trabalhar pela luta de direitos do proletariado, Conforme ratifica Iamamoto no trecho que se segue,

Portanto a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podem eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário (IAMAMOTO, 1991, p. 60).

A América passou por um forte processo de exploração, desde o momento de sua “descoberta” pelos imperialistas europeus, os países latinos em especial, sofreram mais com os acirrados índices de desigualdade sociais e econômicos, motivados, contudo pela forma cruel com que foram colonizados e desta forma explorados. Esses processos de exploração das terras e do povo dos países da America Latina fizeram com que as lutas sociais nesta parte do mundo, se

acirrassem, os ideais socialistas afloraram e inflamaram as lutas sociais na América do sul, Manrique Castro explica um pouco mais esse fenômeno como é demonstrado a seguir.

O movimento operário, que já se manifestara firmemente desde finais do século passado, conquistou um espaço proeminente na sociedade chilena. E sob o estímulo dos movimentos operários e populares, notavelmente influenciados pelas ideias socialistas e anarco-sindicalistas, tem lugar uma mudança no sistema político orientada à democratização e a elevação das condições de vida dos setores que lutam por um campo de ação para o seu desenvolvimento autônomo e pela institucionalização de suas demandas. (Castro, 200 p.69)

É nesse contexto de acirramento de lutas sociais que o serviço social, junto com as forças trabalhistas, passou a se mobilizar fortemente para ampliar o enfrentamento dos inaceitáveis índices de pobreza e exclusão que a América latina apresentava, buscando por uma maior democratização da política e dos direitos sociais, assim procurando a obtenção de melhores condições de vida para a população trabalhadora da América do sul.

2.2 O advento do Serviço Social brasileiro

Neste momento faz-se importante trazer a discussão da gênese do Serviço Social no Brasil, trazemos a discussão da profissão a nível nacional para explicar como o serviço social surgiu no país, quais os cenários políticos econômicos e sociais que propiciaram a então chegada desta profissão e quais as motivações para esse surgimento em território nacional.

O intuito é buscar desta forma, compreender melhor o processo histórico de formação do serviço social brasileiro e assim poder então correlacioná-lo com o que é hoje em dia o serviço social praticado no país.

Iniciando a discussão acerca do advento da profissão no país constata-se que no Brasil, o surgimento do Serviço Social ocorreu na década de 1930, entretanto, a 1ª escola só surgiu seis anos depois, no ano de 1936, quando de fato, aconteceu à criação da primeira escola em serviço social do país, a então Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica, PUC, na cidade de São Paulo, segundo dados disponibilizados pela própria universidade.

Portanto, também segundo Martinelli (1997) no *Brasil o Serviço Social surge nos primeiros anos da década de 1930, como fruto da iniciativa de vários setores da*

burguesia, respaldado pela Igreja Católica, seguindo o modelo do Serviço Social europeu.

Observa-se que o serviço social no país carrega consigo e principalmente traz para o Brasil suas características iniciais européias e norte-americanas, Yazbek (2009) ratifica assim que o Serviço Social no Brasil *incorpora no seu processo de institucionalização idéias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica e também matrizes teóricas metodológicas acerca do conhecimento do social na sociedade burguesa.*

Logo é no governo do Brasil entre 1930 e 1945 onde centrava-se na prerrogativa de um governo populista e desenvolvimentista lidera pelo então presidente da época, Getulio Vargas que a profissão vem emergir. O governo da época procurava crescer sua economia, incentivando nitidamente a industrialização do país, como é destacado pelos autores Iamamoto e Carvalho, onde eles referem-se ao Estado Novo e ao Desenvolvimento das Grandes Instituições Sociais, como é citado no fragmento que se segue,

A historiográfica oficial admite que a partir de 1937, com a implantação do estado novo - precedida pelo aplastamento do movimento operário autônomo e liquidação das dissidências oligárquicas - se encerra o período de transição iniciado com a revolução de 30. [...] observa-se, a partir desse momento, uma política econômica que se coloca nitidamente a serviço da industrialização, procurando reverter para esse polo os mecanismos econômicos naturalmente voltados para a sustentação da agro-exportação. O estado busca de diversas formas incentivar as indústrias básicas – tornando-se em última instância produtor direto através de empresas estatais e de economia mista – que viabilizem a expansão do setor industrial[...] (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.235)

É também, durante o governo de Getulio Vargas, que foi idealizado e criado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que propunha organizar e iniciar nacionalmente uma instrução fabril, ou seja, essas escolas deveriam ser inauguradas em todo o território brasileiro com a iniciativa de formar profissionais para o trabalho industrial fomentando possivelmente assim um maior lastro de brasileiros aptos para o trabalho dentro das fábricas.

Desta forma, mostra-se através das criações e implantações dessas instituições, o caráter desenvolvimentista que o governo da época, que se configurava na figura do então presidente Getulio Vargas, dava prioridade. Logo que, o SENAI, por exemplo, começa a expandir o ciclo capitalista de formação

industrial, assinalando assim a necessidade de expansão industrial do país, esta, dada a conjuntura econômica da época que buscava o crescimento econômico por meio do capital industrial.

Desta forma, a Era Vargas, foi um período de modernização da Nação brasileira, mas também foi um período conturbado na política do Brasil e do mundo, que se encontrava pós-guerra. Durante o governo de Getulio Vargas são criadas grandes instituições sociais no país, como é o caso da LBA, Legião Brasileira de Assistência Social, seu objetivo declarado será o de *“prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo o que se relaciona ao esforço de guerra”* (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005).

A Escola de Serviço Social de São Paulo, primeira do país, foi originada do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, que era realizado pelo Ceas. O Ceas era o Centro de Estudos e Ação Social, ainda segundo Iamamoto e Carvalho o objetivo do Ceas era,

O objetivo central do Ceas era promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Isto posto, observa-se a intencionalidade deste Centro de Estudos e Ação Social, que por meio da formação social, moral e ética buscava instruir moças para a atuação nos vários campos de ação social do país, como relata muito bem Maria Carmelita Yasbek, no relatório anual de Ceas,

[...] proporcionará às moças uma sólida formação tanto moral como técnica procurando preencher dois fins: preparar algumas para exercer a carreira profissional de assistentes sociais e outras para desempenharem na sociedade o seu verdadeiro papel, com uma sólida formação moral e social (RELATÓRIO ANUAL DO CEAS, 1936, YAZBEK, 1977, p. 40).

O Estado de São Paulo vivenciou um acelerado processo de industrialização e enriquecimento na primeira metade do século XX, a sociedade paulista da época ainda estava vinculada a valores e padrões da sociedade escravocrata, e, desta forma, a burguesia paulista percebeu que sem mudanças e renovações na sociedade da época, o país não poderia atender aos padrões capitalistas do mundo e assim, a economia industrial do Brasil não acenderia.

Segundo Raimundo Faoro,

[...] a queixa insiste numa imagem, depois repetida até ao enfado: a máquina pneumática que aspira ar que deve vivificar a circunscrição provincial. Querem mais dinheiro, para finalidades específicas, o domínio de serviços como a magistratura, política e cultos, bem como o poder de expandir obras públicas, com maiores atribuições para subvenções, privilégios e investimentos. Em resumo, os serviços administrativos e judiciários se descentralizariam, apropriados maiores recursos para o incremento direto de obras de transporte, fomento industrial, com a promoção da agricultura, nas agências provinciais não centrais. (FAORO, 2003, p. 524)

A origem do Serviço Social brasileiro, assim como nos outros países da América foram pautadas no caráter missionário e da caridade, elas eram filantrópicas doutrinadas pela igreja católica, sendo, portanto suas raízes e suas referências fundamentadas no pensamento e no cunho conservador e religioso predominantes na época.

Segundo Yamamoto, (2004, p. 18) “o debate sobre a 'questão social' atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela”. Deste modo percebe-se que a “questão social”, pobreza, exclusão e todos os males sociais causados pela má distribuição de renda, fizeram com que os agentes públicos no caso, o estado, passasse a ter que responder aos indicadores de pobreza, miséria e toda a exclusão social existente.

Neste contexto, fortemente marcado pelos reflexos da globalização³ percebe-se o agravamento das diversas expressões da questão social exigindo a criação de novas estratégias para seu enfrentamento.

Aqui no Brasil o serviço social foi inspirado no serviço social Europeu e posteriormente no serviço social Norte Americano. Por muito tempo, foram usadas técnicas, ferramentas e literatura importada de outros países para responder aos questionamentos da realidade brasileira, como cita Manrique Castro no fragmento a que se segue,

[...] de início afirma-se que em 1995 nasceu o serviço social profissional na América latina, quando se cria a primeira escola num país do continente, dando origem ao serviço social latino americano – não só através de uma forte e decisiva influência externa, mas como mero reflexo, sucessivamente, do serviço social belga, francês e alemão e, depois, norte americano [...] (CASTRO, 200, p.31).

³ Globalização termo utilizado para expressar o surgimento de uma economia global pela expansão de elos transnacionais entre unidades econômicas, criando outras formas de tomada de decisão coletiva e desenvolvimento de instituições intergovernamentais.

A profissão surge para abrandar a “questão social”, que é entendida como o conjunto das expressões, ou melhor, das desigualdades existentes na sociedade, fome, desemprego, miséria, exclusão. Desta forma, o serviço social no Brasil, assim como no mundo, emerge para suprir e intervir nos problemas da sociedade neo-capitalista que havia se instaurado.

Assim, nas palavras de José Paulo Netto,

[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (Netto, 2005, p. 157)

Durante o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1942, a “questão social” sofre a intervenção do Estado, que buscava ajustar e abrandar as mazelas sociais por meio das políticas públicas, tomado de um novo espírito social, o estado, cria neste momento, a Legião Brasileira de Assistência, LBA, que foi a primeira instituição assistencial nacional.

O serviço social se tornou o mediador do antagonismo entre o capital e o trabalho, a “questão social” se tornou um elemento que precisava ser enfrentada e acalmada, logo, foi o serviço social a profissão que foi destinada a intervir nestas questões sociais que surgiam e mexiam com a sociedade brasileira da época em especial.

A primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil acontece quando os assistentes sociais, enquanto categoria profissional passa a sentir a necessidade de se organizar de melhor forma. Esse processo de reconstrução da profissão acontece em diversos encontros ocorridos pelo Brasil.

O primeiro desses encontros aconteceu em Porto Alegre-SC no ano de 1965, mais é em Araxá-MG que se consolida a formulação do I Seminário de Teorização do Serviço Social, é no encontro de Teresópolis-RJ, que se estendem as discussões de reconstrução da profissão. Destarte são nesses dois encontros, o de Araxá e o de Teresópolis, que se identifica a necessidade de requalificação do serviço social, portanto nestes dois momentos são formuladas os Seminários de Teorização de Araxá e o de Teresópolis onde são analisadas as formas de ação dos Assistentes

Sociais, visando elevar a profissão a níveis técnicos mais modernos, como Netto esclarece a seguir,

A primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora* para as concepções profissionais um esforço no sentido de adequar o serviço social, enquanto instrumento de intervenção inserida no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes nos pós-64. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos sessenta – seus grandes monumentos, sem dúvidas são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis - revelar-se-á um eixo de extrema densidade no envolver da reflexão profissional: não só continuara mobilizando energias nos anos seguintes como, especialmente, mostrar-se-á aquele vetor de renovação que mais fundamente vincou a amassa da categoria profissional. (NETTO, 2005 p.155)

É no Seminário de Teorização de Araxá que acontece a diferenciação na forma de intervenção social, onde se visava entender o real papel do profissional de serviço social, desta forma, segundo Netto o encontro em Araxá está preocupado com a teorização do serviço social, deste modo, e no seminário de Araxá que acontece uma adequação entre a metodologia e a prática na profissão, *“como veremos na devida altura, o núcleo central desta perspectiva é a tematização do serviço social como interveniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento”*. (Netto, 2005)

Assim esses encontros de Teorização trazem uma bagagem intelectual e, por si só, constituem-se como uma divisão de águas entre o serviço social praticado na época e o que a profissão viria a ser.

O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais, CBCISS, discorre a respeito dos documentos de Teorização do serviço social como é mostrado a seguir,

Os Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré constituem "marcos históricos" do Serviço Social. São produto dos estudos de profissionais competentes reunidos em Seminários promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). /Espelham a situação do Serviço Social em dado momento de sua história, e são o resultado de seu desenvolvimento científico, embora influenciado por acontecimentos sociais e políticos. De fato, desde o início, o Serviço Social preocupou-se com determinadas questões que põem em jogo. Sua própria existência ou sobrevivência./ (CBCISS, 1986, p.7).

Na década de 1960, a profissão passou pelo Movimento de Reconceituação, processo político este, que se propunha a renovar a profissão de forma literal, transformando o âmbito teórico, metodológico, técnico, operativo e principalmente o político, como é exposto por Netto,

[...] É indiscutível que, apreciada a profissão em escala mundial, ela experimentou então uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se constituiu justamente na erosão da legitimidade do serviço social “tradicional”.

A expressão desse processo erosivo que mais nos interessa, por razões que serão vistas adiante, foi a que se explicitou na América latina a partir de 1965 e que teve a sua curva ascendente por quase uma década - o chamado *movimento de reconceptualização* ou (reconceituação) do serviço social. (NETTO, 2005, p.145 e 146)

Neste momento a profissão sofreu uma expansão muito grande no país, este movimento, o Movimento de Reconceituação, foi à renovação do serviço social brasileiro, logo que, este processo buscou uma reatualização do tradicionalismo profissional, e também de uma busca pela ruptura definitiva com o conservadorismo que predominava no exercício profissional dos assistentes sociais da época.

Netto define esta Renovação como,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2004, p. 131)

Portanto é nos anos 60 que o serviço social atravessa por várias mudanças, ele se laiciza e passa a estabelecer uma interlocução com as ciências humanas e com as ciências sociais, processo esse importante, pois, foi desta forma que o serviço social se aproximou definitivamente dos movimentos sociais de esquerda, passou a estudar as teorias marxistas, este processo torna-se igualmente uma renovação crítica e política do serviço social brasileiro.

O serviço social constituiu-se como profissão liberal em território nacional, com natureza técnica e científica no ano de 1962, cujo exercício foi regulamentado pela Lei de nº 3.252 de 27-08-1957 e sendo, portanto, aprovada pelo decreto de nº994 de 15-05-1962. Entretanto pós Constituição de 1988, e no ano de 1993 acontece à aprovação em 13 de Março deste próprio ano, com as alterações

Introduzidas pelas Resoluções do CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11 a lei de número, 8.662/93 que Regulamenta a Profissão com as alterações e ressalvas do próprio CFESS.

Tornou-se a partir deste momento, o assistente social, um profissional liberal assalariado, inserido no mercado de trabalho onde iria desenvolver suas ações e suas práticas profissionais a partir da execução das políticas sociais disponibilizadas pelo Estado através das políticas públicas cujo público alvo seria a grande massa trabalhadora.

Segundo Iamamoto,

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO, 2004, p. 93).

A partir da década de 1980 e início de 1990, o Serviço Social e o desempenho de seu fazer profissional, passou por mudanças devido aos próprios avanços no campo dos direitos sociais e cívicos que foram tratados através da então nova Constituição de 1988, onde foi tratado o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que saía em defesa da humanidade, o chamado Congresso da Virada.

Esse congresso evidenciava as novas possibilidades de investigação da vida social, a partir deste momento, abriam-se novas possibilidades para a atuação profissional e para os indivíduos aos quais, o serviço social trabalha, como relata o manifesto do CFESS, em comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada.

30 anos nos separa de um marco histórico fundamental na trajetória do Serviço Social brasileiro. Trata-se da construção do projeto ético-político profissional, síntese e continuidade do processo da “virada”, numa alusão ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”. O ano de 1979 tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil, que ceifou as mais corajosas formas de resistência e combate ao autoritarismo. (CFESS, 2009)

Não obstante torna-se imprescindível fazer esse contraponto histórico com as transformações ocorridas do Brasil, pois, é através da Constituição de 1988 que foram criadas novas possibilidades de atuação profissional, novas ferramentas,

perspectivas e visibilidades, o serviço social e a sua prática profissional ganharam novas ferramentas para o desempenho de suas atividades profissionais.

É nos anos de 1990, mais precisamente, que se podem verificar os efeitos do neoliberalismo na sociedade civil, a reestruturação no mundo do trabalho e a mínima participação do estado atrelado com o programa de retração dos direitos sociais efetuada pelo governo fizeram com que o cenário social do país mudasse.

Nesta fase específica, o Serviço Social passou a ampliar os seus campos de atuação, logo, que a profissão precisou passar a atuar no então chamado terceiro setor, ou seja, nas organizações da sociedade civil. É neste momento histórico que os espaços sócios ocupacionais para o serviço social se abrem, e ele passa definitivamente a atuar em organizações de bairro com funções de assessoria, nos conselhos, ONGs entre outros, fenômeno este como é demonstrado do trecho a seguir,

Esse processo desafia profundamente todos os cidadãos e, em especial, os assistentes sociais, repercutindo no mercado de trabalho especializado. A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência, para sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das sequelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho. (IAMAMOTO, 200, p.42)

O assistente social precisou realmente compreender o significado real da sua prática e da sua intervenção na sociedade, a profissão precisou olhar para o movimento das classes sociais e, conseqüentemente, de como ocorre precisamente às inter-relações dentro do mundo do capital e do trabalho, assim como dos reflexos gerados pela então “questão social”. Assim Iamamoto explica como foi necessário entender o sentido real e mais, o sentido político a que o serviço social se insere dentro da sociedade.

Apreender, pois o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social; como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual (IAMAMOTO, 1991, p. 59).

Desta forma percebe-se que é somente através da própria percepção, de um olhar mais crítico e atento das dinâmicas da sociedade, que se torna possível

perceber como se articulam a relação entre a profissão do serviço social com as estratégias e os movimentos das políticas e das classes sociais.

As questões sociais que, portanto se manifestam no cotidiano da vida em sociedade precisam ser atendidas por profissionais habilitados para os seus devidos enfrentamentos.

2.3 A reforma educacional brasileira

Começaremos a tecer algumas considerações em torno do conceito de Educação e de como ela foi formulada, discutida e considerada aqui no Brasil, logo que, se torna pertinente esse subtópico se considerarmos que a educação faz parte e tem papel fundante na formação do ser social.

E porque fazer esse contraponto entre educação e Serviço Social? É necessário, compreender a lógica da educação no Brasil para poder assim entender os reflexos do nosso modelo educacional e, portanto, na formação intelectual das crianças e jovens do nosso país, e esse adendo, essa correlação nós mostra que, a formação profissional seja no Serviço Social ou em qualquer outra profissão, faz com que o processo educacional do país torne-se reflexo igualmente do sujeito que está sendo formado e da sociedade que este sujeito encontra-se inserido.

Com isto e para começar esta discussão e todas as interrogações acerca e sobre educação no Brasil e posteriormente adentrar sobre a reforma educacional brasileira temos que, primeiramente, é de conhecimento comum que o Brasil foi um país colonizado pelos Portugueses, sua história tem uma correlação intrínseca com a cultura ibérica trazida e importada pelos nossos colonizadores portugueses.

Desta maneira, observa-se que, com a chegada dos colonos ao Brasil houve logo de início a catequização dos índios, primeiros habitantes das terras brasileiras, pelos Jesuítas Portugueses. E a partir da catequização e da chegada da Companhia dos Jesuítas, onde foi dado início a institucionalização da doutrina cristã, nós sugere assim que, partiu deste momento específico o início por assim dizer, do sistema educacional no Brasil, educação esta que era feita a principio através do processo que consista em ensinamentos das práticas religiosas cristãs, como é citado por Serafim Leite,

Uma das regras da Companhia de Jesus é que todos aprendam a língua da terra onde residem, se não virem que mais útil a sua

própria. Ao chegarem os padres ao Brasil, sem deixarem à portuguesa, verificaram que, para atrair e catequizar os índios, era indispensável saber a língua deles. Desta regra e desta verificação provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência. (LEITE, 1939, p.545)

Acontece na primeira fase da colonização do Brasil, quando as catequese eram ministradas pelos Jesuítas, neste momento nasce à primeira forma de educação no país. A igreja, no caso, a ordem dos Jesuítas, foi à primeira entidade que cria colégios e centros de educação no Brasil que se tem conhecimento, como elucidada Moacir Gadotti, filósofo e pedagogo do Instituto Paulo Freire.

Em 1549 os jesuítas - ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, em 1534 - chegaram ao Brasil e permaneceram até 1759, comandando a educação, baseados nos métodos e conteúdos da Ratio Studiorum, inspirada na escolástica. (GADOTTI, 1997, p.1)

Com a vinda da família real portuguesa, fugidos de Napoleão, para o Brasil, a educação na colônia, passou a ser uma preocupação existente. A educação da colônia, que era até então a educação direcionada para a catequese das massas populares que aqui habitavam, haveria de ser transformada.

Entretanto, essa educação que se iniciaria aqui no Brasil, tinha o perceptível interesse de dar continuidade à educação da monarquia e das elites governamentais que se refugiaram aqui no país, não havia a intenção de atingir a grande parte da população que na época consistiam entre índios, mulatos, negros e pobres advindos do velho continente.

Em meados de 1820 até 1930 a educação no país cresceu, foram criadas escolas das principais profissões como Direito e Medicina, cursos técnicos e militares assim como foram fundadas as primeiras bibliotecas públicas, entretanto observa-se que apesar de terem sido criadas tantas instituições de ensino a educação era privilegio de poucos como é citado abaixo ainda por Gadotti.

Em 1820 a burguesia lusitana assumiu o controle político de Portugal, obrigando D. João VI a embarcar para Portugal (26 de abril de 1821). Depois da Independência (1822), foram criadas, em 1827, duas faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Recife, onde se formavam as elites para ocuparem os principais cargos na administração pública, na política, no jornalismo, e na advocacia. Pela Constituição do Império, decretada em 1824, competia às Assembléias Legislativas das províncias (hoje, Estados), o direito de legislar sobre instrução pública. Apesar da Constituição do Império defender o princípio da instrução primária gratuita para todos os

cidadãos, o ensino fundamental permaneceu no completo abandono, de tal forma que ao final do Império, o país tinha cerca de 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram analfabetos. (GADOTTI, 1997, p.2)

É, no início deste século, que de fato o analfabetismo torna-se uma preocupação real, logo que, com os grandes índices de analfabetismo do país o poder público atribui à causa das crises econômicas, dos grandes índices de pobreza e da falta de crescimento econômico e social do Brasil às massas analfabetas que não possuíam instrução alguma, uma espécie de culpabilização do indivíduo pobre e ignorante.

Nos anos de 1960, com o regime militar implantado no Brasil, a educação passou por importantes transformações e mudanças em sua estrutura e na forma de ser desenvolvida e trabalhada. Houveram reformas na forma de ensino do país, o ensino básico e o ensino superior passaram por modificações de nomenclatura, foram introduzidas ao ensino público disciplinas que se tornaram obrigatórias como as denominadas, Moral e Cívica, nas quais eram ministrados valores pertinentes às doutrinas e padrões considerados como corretos, tudo em função de um único objetivo fazer a manutenção e ratificar os ideais militares.

A educação no Brasil na década de 1990 passou novamente por alterações, desta vez houve um processo de expansão do sistema educacional em território nacional, motivados a partir da Constituição Federal de 1988 que havia, portanto, se preocupado de forma incisiva com a educação do país. Foi neste momento que, define o ensino fundamental como direito público e faz com que a realidade brasileira e o seu governo passassem a estabelecer metas para a expansão da educação básica pelo país.

A Constituição Federal de 1988 marca não só a vida jurídica e política da sociedade brasileira, ela traz consigo mesmo momento histórico princípios que se tornaram importantíssimos para todo o processo de redemocratização do Brasil, após os momentos de repressão, vividos outrora nos anos da ditadura militar que então já havia se encerrado.

Conforme está na Constituição Federal de 1988 no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I que se inicia tratando justamente da educação brasileira vista como direito de todos como segue fragmento,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988)

A educação brasileira passa, portanto, a partir desse momento, a configurar-se como um direito cívico do cidadão brasileiro, de modo a fazer com que ter o direito e o acesso à educação passasse a ser a concretização real da cidadania no país.

Educação está diretamente ligada a uma emancipação política democrática do sujeito/cidadão, que enquanto ser capaz e esclarecido torna-se livre, logo a educação com e de qualidade transforma e transmuta o indivíduo em si, tornando-o mais crítico e principalmente elucidado quanto aos seus direitos e deveres como cidadão.

Compreender a importância da universalização da educação é perceber que o exercício da cidadania permeia diretamente valores e direitos básicos civis, onde fazem com que o cidadão ganhe uma independência extremamente importante.

Paulo freire, em seu livro, “Educação como Prática de Liberdade”, faz um comentário esclarecedor sobre como a educação torna-se importante ferramenta de libertação intelectual e social do povo, como é mostrado no trecho que se segue,

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 1979, p.36)

Desta forma a Constituição Federal de 1988 teve um papel indiscutível na consolidação das noções de direitos sociais, logo que ter acesso à educação e sendo desta forma assegurada pela própria Constituição Federal teve o significado de materializar o cumprimento de um bem comum, ou deveria ter feito, logo que a educação não foi e ainda não é de fato um bem de todos.

O modelo econômico neoliberal defendido pelos países ricos começou a influenciar nosso país, se fortalecendo ainda mais na década seguinte, anos 90, provocando o acirramento de uma política econômica pautada na lógica do mercado e de forte pressão de organismos internacionais para a redução da taxa de analfabetismo que neste momento histórico ocupava índices alarmantes.

Deste modo é a partir dos anos de 1990 e através do governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente da república na época, que começa a haver no país uma reforma de estado, Netto (2004) “*é neste andamento que este governo realiza uma política de ajuste econômico, colada simultaneamente a uma implantação de reforma de estado*”. Essa reforma abarcava vários setores da política e da economia do país, foi um momento em que se mudava a moeda utilizada no Brasil, instaurando, por exemplo, o Plano Real e concomitantemente implantava-se também uma política de ajustes fiscais onde o governo de FHC, obtinha um programa nacional de privatização desenfreado.

Em 1990, o Brasil participou da histórica Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontien, Tailândia. O evento foi financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD e Banco Mundial. Ao término da Conferência todos os países presentes assumiram o compromisso de assegurar uma educação básica de qualidade para crianças, jovens e adolescentes.

Esse evento, considerado um marco, em especial para os nove países então com a maior taxa de analfabetismo do mundo (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) – conhecidos como “E-9” – impulsionou-os a desencadear ações em direção aos compromissos firmados na chamada Declaração de Jontien [...] estabelecendo determinações que se estendem da intenção de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, da universalização do acesso à educação e da promoção da equidade, passando por mudanças no modelo de gestão da educação e, culminando, de modo mais contundente, na definição de competências e responsabilidades das instâncias de

governo em relação à gestão e financiamento da Educação Básica. (SOUZA; FARIA, 2004, p. 928).

No Brasil, a preocupação neste momento foi estabelecer reformas nos sistemas educacionais visando oferecer aos alunos conhecimento e habilidades específicas exigidas pelo sistema produtivo.

Segundo Netto (2004) esse programa de privatização que acabara de triunfar em território nacional se estendia ao ensino superior brasileiro favorecendo uma *“liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira”*. Logo a partir deste momento observa-se que o Brasil se rendeu a iniciativa privada e consequentemente a educação também sofreu as influências do capital.

Em 1996, no dia 20 de dezembro, marca-se o início de novos rumos no cenário educacional brasileiro. É criado através da Constituição federal e baseado em seus próprios princípios, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional a, LDB, que se propunham a estabelecer os novos rumos educacionais para a nação de forma igualitária.

É através da LDB que se encontram os princípios, as finalidades, os recursos e todas as condutas, critérios e diretrizes para a educação, a LDB foi quem regularizou e definiu todo o sistema educacional do Brasil. Foi, através dessas Leis de Diretrizes e Bases, que ficou determinado o Plano Nacional para a Educação o, PNE, que propunha e tinha como objetivos, melhorar a educação do país. Esses planos tinham igualmente como metas, por exemplo, a *“Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino”* (BRASIL, 2001), entre outras como pode ser verificado na primeira PNE elaborada no ano 2001. Segue abaixo trecho dos Objetivos e Metas da primeira PNE.

1.3 Objetivos e Metas¹

1. Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.
2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características

das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
 - b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
 - c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
 - d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
 - e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
 - f) adequação às características das crianças especiais.
- (BRASIL, 2001)

Cada PNE, conforme foi regulamentado teria validade de 10 anos, ou seja, os planos nacionais para a educação deveriam ser reformulados de 10 em 10 anos de modo que eles não se tornassem obsoletos. O primeiro PNE só foi aprovado em janeiro de 2001 tornando-se o primeiro PNE do país com força de lei, lei nº 10.172/200, este primeiro PNE que teve vigência de 2001 à 2010 especificou diretrizes a serem seguidas e foram apresentados os objetivos e metas que deveriam ser alcançados durante o decênio de vigência.

Consta na redação do próprio plano o que se segue:

Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, PNE, 2001-2010).

A LDB tem um papel importante nas adequações realizadas na última década em nossa política educacional. Garantir o acesso da camada mais empobrecida da população à rede de ensino é necessário e digamos que torna-se fundamental, para a construção de uma sociedade melhor em diversos aspectos. No entanto, apenas medidas administrativas não garantirão a mudança de mentalidade da população do nosso país, já tão arraigada em nosso sistema.

Desta forma o que se vê com essa reforma educacional do ensino superior no Brasil, é um governo que gerencia as leis e cria propostas tendo como exemplos a LDB e o PNE e em contraponto a isso, vêm permitindo políticas governamentais voltadas apenas para o capital financeiro, ou melhor, vem criando as bases para a

“disseminação de um outro projeto de universidade, parametrado pelas leis de mercado e critérios de avaliação a ele atinentes, em luta com o padrão historicamente instituído na universidade brasileira, inspirado em moldes europeus.”(IAMAMOTO,2004)

E por meio deste quadro, de caráter neoliberal, que fora demonstrado e que instiga reflexões e provoca debates sobre a questão da educação em nosso país, logo que, fica explícito a intenção de mínima participação do estado e é por meio deste acirrado investimento de capital estrangeiro no Brasil, e a exemplo dessas estratégias, que se descortinam e se mostram através das privatizações das instituições de ensino.

Sobretudo, é preciso dizer que a reforma do ensino, e agora vou me ater à reforma do ensino superior, não obedeceu simplesmente à dinâmica da votação e discussão da LDB no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo em que se dava esse debate, ao mesmo tempo em que os lobistas pressionavam e contra pressionavam, ao mesmo tempo em que setores universitários tentavam responder a esses lobbys, o Ministério da Educação virou uma maquina produtora de portarias que mexeram profundamente coma estrutura do ensino no país. (NETTO, 2004, p. 25)

Assim sendo, é perceptível que apesar de termos boas leis das quais afirmam e garantem todos os direitos e todas as formas para uma educação com qualidade, ainda estamos demasiadamente longe de ter uma educação que realmente transforme o sujeito logo que por muitas vezes as políticas econômicas brasileiras não permitiram a ascensão de educação de forma completa e de qualidade.

2.4 A privatização do ensino superior no Brasil

Neste momento específico desta pesquisa, torna-se importante tecer algumas reflexões sobre a educação privada no Brasil principalmente no que se refere ao cenário de crescimento da educação privada nas últimas décadas, considerando principalmente o contexto da grande multiplicação dessas organizações de ensino onde tornou-se visível esse avanço e principalmente, já podemos observar em nosso cotidiano este crescente aumento e as suas conseqüências no ensino superior brasileiro

O ensino privado brasileiro possui laços históricos com a religião, como já referido, essa relação entre educação e igreja é datada desde 1500, *“durante a*

maior parte do período colonial (1500- 1759), as tarefas do ensino no Brasil ficariam ao encargo de Ordens Religiosas, sobretudo dos Franciscanos e dos Jesuítas” (ALVES, 2009), logo que os primeiros a trazer as grandes instituições educacionais são as igrejas católicas, como é explicado por, Antonio Eugenio Cunha, diretor da FENEP, Federação Nacional das Escolas Particulares,

A educação escolar no Brasil nasceu em 1553 a partir da iniciativa privada, quando os Franciscanos fundaram na Bahia, o primeiro estabelecimento de ensino. A atuação da escola privada na educação brasileira, nos seus mais diferentes formatos que assumiu ao longo dos últimos cinco séculos, deu-se de forma ininterrupta na história do nosso país, efetivando uma contribuição importante à formação e ao desenvolvimento da sociedade brasileira. (CUNHA, 2012)

Dados comprovam que desde 2005 há um crescimento visível da educação privada em nosso país, tanto o ensino superior quanto o fundamental e médio estão aumentando principalmente as de cunho privado, de um lado, essas instituições de ensino particular recebem bastante investimento e incentivo financeiro de instituições estrangeiras, fato este que não pode ser considerado tecnicamente um problema, e de outro, ainda há uma pouca expansão, portanto ainda moderadamente expressiva e pouco democratizada do ensino pelo país.

Segundo um estudo, “Números do ensino privado”, realizado pela Fundação Getulio Vargas, FGV, com a colaboração da FENEP, mostram que “*A trajetória percorrida pelo segmento educacional privado de expansão do número de matrículas se evidenciou em todas as regiões do país, entre 2005 e 2012.*” (FENEP, 2013)

Logo, é possível perceber que o ensino privado no Brasil tem tomado grandes proporções e ganhado espaço dentro do país, a partir principalmente do governo de FHC, como já referido. Há, portanto, uma grande gama de instituições privadas de ensino de cunho particular e a tendência, é só aumentar ainda mais essa quantidade de instituições.

Segundo Martins (2000), “*desde o final da década passada, o crescimento da educação superior no Brasil, numa média de 7% ao ano, produziu uma diversificação da forma de atendimento aos ingressantes, sobretudo na graduação*”.

A tendência é que o ensino privado continue a crescer no Brasil, a iniciativa privada cada vez mais aplica recursos na educação brasileira, visto que esta se

tornou uma mercadoria de alto rendimento e, portanto, logo de alto lucro. Manoel Alves elucida,

Nas últimas décadas, no Brasil, as relações entre ensino privado e Estado brasileiro vêm sofrendo mudanças significativas. A cada dia os estabelecimentos de ensino privado se vêem enredados em um cipal legal. Tem-se a impressão de uma completa subversão da ordem jurídica estabelecida. (ALVES, 2009, p. 75)

Observa-se uma inversão de valores em que o estado tem se retraído e a privatização educacional no país já é bastante visível, este debate acerca das relações entre estado, sociedade e ensino privado é amplo e multifacetado segundo lamamoto (2004), *"Na ótica das entidades financiadoras, o retrato da universidade latino-americana revela a deterioração acelerada da qualidade do ensino e da investigação"*.

Portanto e desta forma, é notório uma deterioração do funcionamento das instituições de ensino de origem pública. É real que o funcionamento dessas instituições estão sendo deixadas a parte, e que há uma real falta de estrutura, no que se refere ao espaço físico, quanto a materiais didáticos em bibliotecas universitárias, laboratórios de pesquisa entre tantos outros arcabouços necessários para uma educação e formação profissional de qualidade.

Deste modo a reforma do ensino superior no Brasil passou a possuir um significado sócio-historico com um viés econômico forte em que o eixo regulador da vida social, o capital, foi marcado pelo processo de transformação da educação em mercadoria, ampliando o ensino particular em detrimento do ensino público.

3 SERVIÇO SOCIAL PROFISSÃO LIBERAL NO BRASIL EM MEIO A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Terminadas as considerações sobre alguns condicionantes da política educacional brasileira nas últimas décadas, e seus reflexos no ensino público e privado de nosso país, é chegado o momento de direcionar a reflexão para o Serviço Social.

Dados nós revelam que o serviço social se tornou uma profissão liberal em território nacional mediante a Lei aprovada pelo Congresso Federal de nº 1989/53 sendo regulamentada pela primeira vez em nosso país mediante a Lei nº 3252, em 27 de agosto no ano de 1957.

Entretanto foi na década de 1990, que a lei que regulamentou a profissão primeiramente foi alterada, se tornando a Lei nº 8662, desta maneira, em 7 de junho de 1993, a nova lei de regulamentação profissional, que tratava de um conjunto de conhecimentos e informações específicas para o serviço social foi reelaborada. A nova lei de regulamentação dos assistentes sociais procurou buscar respostas concretas para as demandas postas á profissão como canta no conselho Federal da profissão.

Existem no Brasil, conselhos em quase todas as regiões do país, esses conselhos possuem instâncias os quais se dispõem entre conselhos federais e estaduais. Os conselhos de serviço social têm o papel de regularizar e fiscalizar os assistentes sociais possuindo como objetivos principais proteger o próprio profissional, a sua atuação diária, dando, portanto respaldo e base para o exercício pleno da profissão.

O primeiro conselho a ser explicado neste momento é o Conselho Federal de Serviço Social, o CFSS. O CFESS teve a sua criação assim como o seu funcionamento iniciados no ano de 1950, vinte anos após o surgimento da profissão no Brasil, como é descrito pelo próprio conselho federal no fragmento retido do próprio histórico de surgimento do conselho,

A criação e funcionamento dos Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm origem nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. Nesse patamar legal, os Conselhos têm caráter basicamente corporativo, com função controladora e burocrática. São entidades sem autonomia, criadas para exercerem o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho. (CFSS, 2015)

Quem faz o curso de graduação em serviço social obtém o título de Assistente Social ou Bacharel em Serviço Social, e precisa, para exercer regularmente a profissão, estar inscrito no Conselho Regional de Serviço Social, o CRESS, que regulariza os assistentes sociais a nível estadual, hoje em dia existem 25 conselhos regionais que fiscalizam a profissão.

O Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região – Bahia tem a sua atividade regulamentada pela Lei 8.662 de 07-06-1993 e se constitui uma entidade de personalidade jurídica de direito público, com poder delegado pela União, com jurisdição no estado da Bahia. É dotado de autonomia administrativa e financeira e está vinculado ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Tem como objetivo principal disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição de acordo

com os princípios e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS e nos termos que dispõem as Leis 8.662/93. Para embasar, implementar e efetivar a fiscalização do exercício profissional utiliza de modo sistemático como base referencial os instrumentos normativos em vigor, tais como: a Lei de Regulamentação, o Código de Ética, o Estatuto do Conjunto, o Regimento Interno, a Política Nacional de Fiscalização, o Código Processual de Ética, o Código Eleitoral, além das resoluções do CFESS e deliberações do Encontros Nacionais CFESS /CRESS, colocando a disposição das/os profissionais e usuários dos serviço uma atuação ética, comprometida e tecnicamente qualificada.(CRESS, 2015)

O CRESS possui finalidades como, por exemplo, orientar, disciplinar e fiscalizar as atividades dos assistentes sociais do seu estado, região. É a sua missão o que se segue:

Missão - Garantir o exercício legal da profissão na perspectiva da efetivação do processo ético-político do serviço social perante a categoria, os usuários e a sociedade.

Visão - Ser incorporada no cotidiano do Assistente Social e referência na luta pela efetivação dos direitos, com forte visibilidade na sociedade. (CRESS, 2015)

Existem também as Associações Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, ENESSO, que procuram trabalhar para a construção de um ensino qualificado, a ABEPSS e a ENESSO procuram defender principalmente uma formação científica do profissional.

Como já foi citada anteriormente, a ABEPSS, órgão criado em 1946, com o intuito de avaliar todo o processo de formação profissional frente às exigências da contemporaneidade, tornou-se uma importante entidade acadêmica e científica para o serviço social.

No ano de 1996 a ABEPSS cria o Currículo Mínimo que serviria de base para a formação de profissionais na área. Desta forma são criadas neste ano em questão, as diretrizes que norteariam esse Currículo Mínimo, assim como também iriam ser formulados os princípios que fundamentariam a formação profissional.

Segue abaixo os princípios norteadores para o curso,

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão

dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 12. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p.6 e 7)

Em decorrência da criação desses princípios que norteariam a formação profissional dos assistentes sociais, são elaboradas as diretrizes curriculares que abarcam os aspectos teórico-metodológico, técnico-operativos e ético-políticos da profissão.

São ao todo cinco diretrizes norteadoras,

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7)

Em detrimento a essas *diretrizes* e *princípios* norteadores há o objetivo de tornar e estabelecer para a graduação uma base comum a todos os cursos de graduação em serviço social, logo que cada instituição de ensino superior elabora o seu próprio currículo interno de forma plena, entretanto baseados por essa base de princípios e diretrizes formuladas pela ABEPSS.

A ABEPSS com essas *diretrizes curriculares* para a profissão de serviço social consolida o projeto ético-político dos assistentes sociais, logo que, essas

diretrizes constituem os eixos fundante e definem e orienta o perfil e, portanto as características do profissional a ser formado.

Logo, o perfil do Bacharel em Serviço Social consiste na forma que a profissional, o assistente social, irá exercer a sua prática e o seu trabalho, mais precisamente consiste no exercício de sua própria atuação. O assistente social desempenha o exercício de seu trabalho nas expressões da questão social, formulando em determinados momentos e implementando propostas para o enfrentamento das demandas sociais por meio de políticas sociais públicas.

Deste sentido é importante afirmar que,

O assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da questão social, “matéria-prima” de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva. (ABESS/ CEDEPSS, 1996, p.154-155).

Os assistentes sociais possuem ferramentas que os auxiliam em sua atuação, a lei é uma das principais ferramentas do assistente social, contamos também com o Código de Ética Profissional que fornece respaldo jurídico para a atuação da profissão.

O Código de Ética Profissional do serviço social representa a dimensão ética da profissão, e nada mais é do que o conjunto de regras e normas que consiste nos direitos e deveres profissionais.

O código de ética tem caráter jurídico e trabalha para definir os parâmetros para o exercício profissional, é no código de ética onde ficam evidenciados os princípios e fundamentos do serviço social assim como também o compromisso com a profissão, e o código de ética do serviço social que o legitima e o define.

Segundo o código de ética do serviço social de 1993 os princípios fundamentais da profissão são,

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos

programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais 24 VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Desta forma como consta no próprio código de ética profissional dos assistentes sociais, observa-se um compromisso com a classe trabalhadora e a busca pela garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão, o exercício do serviço social está na seguridade dos direitos civis.

É fundamental salientar que ainda é necessário debater e assim sendo torna-se inesgotável a importância de se distanciar cada vez mais das origens filantrópicas e assistencialistas que outrora a profissão esteve fincada, o código de ética profissional traz em si forte material e respaldo político, enquanto que a história de evolução e emancipação política e ideológica com que o serviço social passou demonstra que a profissão tem se tornado cada vez mais uma categoria comprometida com o social e com todos os valores e lutas de uma classe e para toda uma sociedade que almeja ser mais respeitada principalmente no que se refere aos seus direitos sociais e cívicos e quem sabe até mais igualitária.

Nessa formulação, o perfil do assistente social está assim configurado: "profissional capaz de inserir-se criticamente no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho mediante: a) análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do serviço social no país." (ABEPSS, 1999)

Parece evidente que um projeto de formação que pretenda conceber cidadão críticos, na perspectiva de lutar e trabalhar em e para a defesa da democracia, da igualdade, da consolidação de direitos econômicos, políticos e sociais entra de fato em confronto com as orientações e anseios das classes dominantes, entretanto é

importante perceber que é por isso e para isso que há a necessidade de se ter uma formação educacional básica e desta forma uma construção de um futuro profissional com senso crítico e ligado a um projeto de sociedade.

3.1 Análise do perfil profissional dos Assistentes Sociais no Brasil

A análise dos elementos do perfil profissional dos assistentes social no Brasil torna-se importante para esta pesquisa, pois conhecer as características dos profissionais do serviço social faz com que se torne mais fácil o esclarecimento sobre a atuação destes profissionais. Estabelecer essa relação entre características e a atuação é importante logo que o reflexo da profissão relaciona-se com o exercício e o trabalho desses profissionais e desta forma concomitantemente com o que se vê do serviço social, pois a reputação da profissão é uma construção coletiva.

Desta forma iniciamos esta análise considerando os importantes passos na investigação de algumas variáveis que, de certo modo, ofereceram ou tornam possível obter subsídios para uma aproximação com o próprio perfil desses profissionais, portanto estabelecer uma análise do perfil do serviço social fornece e assim elucida sobre as referências do exercício, do próprio desenvolvimento e das inerentes estratégias ligadas às suas funções, ou seja, ao trabalho dos assistentes sociais.

Hoje o Brasil tem aproximadamente 120 mil profissionais que se tem conhecimento, segundo os registros dos Conselhos Regionais de Serviço Social, “*é o segundo país no mundo em quantitativo de assistentes sociais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos*” (CFESS, 2012)

Os últimos dados encontrados acerca do perfil desses profissionais no território brasileiro correspondem a uma pesquisa efetuada pelo CFESS no ano de 2004, onde são analisados elementos acerca dos assistentes sociais, no que se refere às características que constituem da profissão. Apesar dos dados da pesquisa em questão já possuírem 11 anos de execução, eles tornam-se extremamente relevantes ao propósito deste trabalho, devido à precariedade de documentos e pesquisas nessa área, não se encontram facilmente ou não há material didático e bibliografia atualizada que revele o perfil desses profissionais.

Desta forma, observa-se que há alguns indicadores dos tipos de profissionais do serviço social como, por exemplo, o sexo, que nos mostram assim as singularidades dos assistentes sociais no Brasil. Desde o nascimento da profissão notamos que o serviço social é hegemonicamente uma profissão de mulheres, talvez por conta de sua ligação religiosa a profissão foi marcada como sendo uma área especificadamente feminina, dados nos revelam que, essa hipótese torna-se um dado real, segundo os elementos desta pesquisa efetuada pelo CFESS, como citado acima, onde há a indicação de que 97% dos assistentes sociais formados no Brasil são do sexo feminino.

Notamos e assim ratificamos uma tendência predominantemente histórica da categoria profissional dos assistentes sociais, onde há de fato um contato maior da profissão com as mulheres, desta forma essa característica se mostra presente também em nosso país.

Outro ponto importante é a religião desses profissionais, como já foi citado anteriormente o serviço social tem uma origem cristã com forte cunho e ligação religiosa, o nascimento da profissão e o desempenhar de suas primeiras atividades estão fortemente ligadas à igreja, a caridade e a filantropia.

A pesquisa em questão, também demonstrou um índice esclarecedor no se refere, portanto ao viés religioso dos assistentes sociais brasileiros, mostrando que a sua grande maioria consiste em profissionais católicos, ou seja, a religião majoritária que representa 67% desses profissionais se considera, portanto como católicos.

Mostra-se também que os assistentes sociais no Brasil são de cor branca em sua maioria, consolidando 72%, 77% desses profissionais apenas possuem um vínculo empregatício e 55% só possuem a graduação em serviço social, ou seja, não deram continuidade aos estudos acadêmicos.

Este estudo confirma a tendência de inserção do serviço social em instituições de natureza pública, com quase 80% da categoria ativa trabalhando nessa esfera.

Os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais são muitos, os profissionais do serviço social podem atuar em diversas áreas como, por exemplo, em instituições públicas e privadas, em hospitais, escolas, creches, em sindicatos de movimentos sociais entre outros. Hoje em dia é extremamente amplo o campo de atuação desses profissionais e é na saúde, na assistência social e na previdência

onde são as áreas que mais empregam os assistentes sociais, também segundo o CFESS.

Portanto nota-se que os assistentes sociais no Brasil ainda possuem características de uma profissão extremamente conservadora em que seus profissionais se auto-declaram como brancos heterossexuais e católicos. Em termos gerais, sobrepõe-se profissionais do ramo que quanto à formação profissional, a maioria ainda não teve acesso à pós-graduação, já que mais da metade possui apenas a graduação em serviço social.

3.2 Modalidades de formação profissional em Serviço Social no território baiano

Para iniciar a discussão a respeito das escolas de Serviço Social no estado da Bahia e conseqüentemente comentar sobre as modalidades das instituições que formam esses profissionais hoje em dia no estado, iniciaremos falando das características do próprio estado baiano, logo que, tornasse importante compreender espacialmente as características e o perfil territorial da Bahia para poder assim relacioná-lo com as instituições de ensino em Serviço social do estado.

O estado da Bahia, é considerado o quinto maior estado do Brasil, que por sua vez compreende uma área de 564.692,669 km², na Bahia há um total de 417 municípios, e que por sua vez possui uma população de 14.021.432 , segundo dados do IBGE, censo realizado em 2010.

No que se refere às escolas de Serviço Social, observa-se que hoje no estado, existem 42 instituições de ensino superior, em atividade, que oferecem o curso de graduação em Serviço Social, essas informações são segundo dados disponibilizados no site do e-MEC 2015. O e-MEC tem o propósito e foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação das IES, Instituições de Ensino Superior, através da internet, "*as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o credenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos*" (EMEC, 2015).

Dessas 42 instituições baianas de ensino superior existentes, e que ofertam a graduação em Serviço Social, constam que 27 destas unidades de ensino superior oferecem o curso de graduação na modalidade presencial. Entretanto apenas duas unidades da modalidade presencial, oferecem o curso de graduação de forma

gratuita, sendo, portanto essas instituições a Universidade Federal do Estado da Bahia, UFBA, localizada na cidade de Salvador, e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, que fica localizada em uma cidade do interior do recôncavo baiano, chamada Cachoeira, ambas as entidades são de origem federal.

Logo, é possível inferir primeiramente, que ha uma precariedade de ofertas de cursos de graduação em serviço social de natureza gratuita e pública. Não há ainda no estado universidades estaduais com cursos de graduação em Serviço Social, além dos dois cursos de bacharelado que, como foi citado anteriormente, são de origem federal.

Há, contudo um fato importante sobre essas duas universidades do estado da Bahia, os cursos de serviço social dessas instituições de ensino são relativamente novos, a UFRB que foi a primeira a criar o curso iniciou suas atividades há sete anos, quando abriu seleção para preencher as vagas do curso em questão da universidade, suas primeiras turmas deram inicio no ano de 2008 e a UFBA criou um ano depois o bacharelado em serviço social no ano de 2009.

No território baiano, ha dentre as 42 instituições de graduação em Serviço Social, 17 unidades de ensino que oferecem o curso na modalidade de ensino à distância, modalidade esta denominada como EAD.

Essa modalidade de ensino consiste em uma forma de aprendizagem na qual o aluno não carece de estar presentes diariamente em sala de aula, as aulas são ministradas mediante tecnologias, como computador e internet em que permitem que o professor e o aluno não estejam na mesma ambiência, em certos casos o aluno apenas comparece a instituição de ensino para realizar as provas e avaliações necessárias.

Este método de ensino possibilita uma liberdade maior para o aluno, com horários flexíveis em que o próprio possa encontrar mecanismos para estudar, logo que geralmente as aulas são ministradas, como já foi citado, através da internet, o MEC explica esse modelo educacional abaixo,

Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior. (MEC, 2015)

Observa-se, entretanto, que duas unidades de ensino encontram-se com problemas sendo elas, a Fundação Getulio Vargas, FVG, que está com uma medida cautelar no SERES/MEC 103/2013, o SERES é a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. A FVG encontra-se com limitação de novos ingressos, e também a Universidade Luterana do Brasil a, ULBRA, que está em situação de adesão ao PROIES Lei 12.688/2012, dados estes também disponibilizados através do portal eletrônico do e-MEC

Destarte, observamos que esses dados observados acima, onde, percebe-se que as grandes parcelas de escolas em serviço social do estado são de origem privadas são, portanto reflexos do grande crescimento e do investimento no ensino privado

Percebe-se que ouve um acelerado processo de crescimento e expansão do curso de serviço social em território nacional, inclusive um exacerbado crescimento das graduações do país na modalidade de ensino à Distância, as EADs. Segundo um manifesto escrito pelo próprio CFESS, conselho federal que regulariza a profissão, há uma preocupação real com essa eclosão de instituições da modalidade EAD, esse processo rápido de criação de instituições de ensino à distância, precisa estar preocupado não só em democratizar o acesso ao ensino superior, que é de grande relevância, mas principalmente deve e precisa haver uma preocupação maior com a qualidade ofertada nesses cursos, que se preocupam muitas vezes com a rápida formação do estudante esquecendo-se da qualidade na formação dos alunos, futuros profissionais.

Segue abaixo pequeno fragmento do manifesto do CFESS em preocupação com a eclosão das EADs em nível nacional:

É surpreendente o brutal e acelerado processo de criação de cursos de graduação à distância no âmbito do Serviço Social, nos últimos quatro anos. Dados preliminares levantados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social indicam que, se mantida a existência desses cursos nos moldes atuais, em 10 anos atingiremos o dobro de profissionais alcançados em 50 anos de regulamentação da profissão. É evidente que hoje o acesso ao ensino superior é ínfimo e precisa ser democratizado e ampliado. Contudo, a democratização do acesso ao ensino superior requer uma reforma universitária que contemple: expansão do Ensino Superior Público (atualmente 45 universidades públicas não dispõem de cursos de serviço social conforme quadro anexo, e poderiam ofertar cursos presenciais com qualidade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão,); 2 9 democratização do acesso aos cursos universitários com garantia de qualidade na oferta; 9 autonomização das Instituições Federais de Ensino Superior; 9 investimentos substantivos na pesquisa e na

produção de ciência e tecnologia; 9 condições institucionais que possibilitem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Não é essa, entretanto, a realidade dos cursos de graduação à distância. A regulação existente não está sendo capaz de impedir a expansão indiscriminada com caráter meramente mercantil, que precariza e massifica a formação, além de não garantir qualidade nos conteúdos e processo pedagógico. Essa modalidade de curso, contraditoriamente, habilita seus egressos a requerer o registro profissional junto ao seu Conselho, sem que tenha recebido uma formação condizente com as exigências do exercício profissional comprometido com a qualidade na prestação de serviços para a sociedade. (CFESS, 2007, pag. 1 e 2)

Desta forma o CFESS mostra-se preocupado com a qualidade destes profissionais que estão sendo formados através dessa modalidade de ensino, e igualmente, com a quantidade de profissionais que estão sendo habilitados para exercer a profissão livremente.

3.3 A criação da primeira escola de Serviço Social no estado da Bahia

Torna-se conveniente reforçar e citar logo de início a dificuldade com que se teve para obter informações a respeito da criação e da gênese do serviço social no estado da Bahia, a profissão no estado baiano não conta com grande acervo de literatura especializada na área, e os poucos autores que se arriscam a tecer comentários sobre o tema, são de difícil acesso e seus materiais literários são escassos.

A parte da pesquisa bibliográfica no que se refere ao surgimento do serviço social no estado baiano foi um desafio, visto que, era muito pouco todo o material encontrado sobre o tema. Desta forma toda a pesquisa sobre a história da profissão aqui na Bahia se tornou uma provocação pessoal, um estímulo e incitação diária em pesquisar, saber e descobrir mais sobre como aconteceu o processo de instauração da profissão.

Dados indicam que a criação da primeira escola de Serviço Social no estado da Bahia surgiu através do médico Thales de Azevedo, ele criou em 1944 a primeira unidade de ensino da profissão, na atual Universidade Católica de Salvador, a UCSAL, como referência Heleni Ávila em “Uma Viagem no Tempo: importância da organização política dos assistentes sociais da Bahia” texto mimeografado da própria assistente social e citado na revista *Temporalis*, ano de 2009.

O Serviço Social e a criação da sua primeira escola profissionalizante, no estado, não se realizaram de forma diferenciada do próprio aparecimento da profissão e de toda a formação e construção da sua história no mundo, justamente porque, o serviço social baiano, também esteve ligado às amarras do catolicismo e da sua história e de suas bases religiosas.

Isto se comprova, por exemplo, diante da criação da primeira escola baiana de serviço social que, no caso, foi em uma instituição de cunho cristão, como é citado e explicado pelas autoras Pereira, Nascimento, Queiroz e Silva em um artigo denominado “A trajetória do Serviço Social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo” apresentado no ano de 2009, no Seminário Latino americano de Escolas de Trabalho Social no país do Equador.

Segue abaixo fragmento deste artigo que esclarece sobre a criação da primeira escola em serviço social do estado da Bahia,

Documentos revelam que a fundação da primeira Escola de Serviço Social do Estado da Bahia ocorreu no ano de 1944, no seio da Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Processo esse que não difere do contexto nacional de fundação das primeiras escolas de Serviço Social, dada à estreita e histórica relação do Serviço Social com a Igreja Católica. A ESSUCSal foi responsável pela formação dos profissionais de Serviço Social no Estado da Bahia, sendo pioneira e única a formar assistentes sociais por mais de cinco décadas. (PEREIRA, 2007, pag. 3)

Assim como já foi dito anteriormente o Serviço Social esteve por muito tempo ligado à igreja católica, e desta forma, é através de uma instituição com cunho religioso, a Universidade Católica do Salvador, que o serviço social aparece no estado. É através dessa trajetória que é demonstrado que sempre houve uma relação muito próxima da profissão com a religião, e isso não se faz diferente inclusive aqui no estado.

A Universidade Católica do Salvador foi a pioneira a formar os assistentes sociais baianos e permaneceu sendo a única no estado por muito tempo, só perdeu esse título de única do estado quando, a Faculdade Nobre de Feira de Santa, FAN, criou o seu curso de graduação na área, como é atestado no mesmo artigo de Pereira, Nascimento, Queiroz e Silva.

[...] remetendo-se ao processo de formação acadêmica dos assistentes sociais no solo baiano, é válido relatar que a hegemonia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador

deixa de existir a partir do ano de 2001, quando a Faculdade Nobre de Feira de Santana, FAN, passou a incluir nos seus cursos de graduação, o bacharelado em serviço social.

Desta forma observa-se que, no estado da Bahia, a profissão por muito tempo só foi disponibilizada para o ensino superior em instituições de ensino de origem privada, logo que só foi criada a primeira escola em serviço social de origem pública e federal no ano de 2008, no momento em que a UFRB abre vagas para o bacharelado em serviço social, como já referido.

Com isso, são ao todo, 64 anos entre a criação da primeira escola de serviço social na Bahia em 1944, até a criação do primeiro curso de bacharelado na Universidade Federal do Recôncavo, no ano de 2008. São 64 anos em que só havia e era oferecida a sociedade baiana, curso superior em serviço social em instituições de origem privadas de ensino no estado.

4 A MATERIALIZAÇÃO DA EXPANÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PAÍS

Tornou-se importante estabelecer alguns outros esclarecimentos a respeito desta então contra reforma que houve com o ensino superior no Brasil, destarte é observado, como já foi mencionado, este processo de expansão do ensino superior através da descentralização das universidades federais do país.

Esse processo de descentralização começou de fato a ser materializado com o governo do então presidente na época o Luiz Inácio Lula da Silva, que no ano de 2007 começa então uma contra reforma universitária, como é ratificado a seguir,

Na urgência da consolidação de novo modelo, o presidente da república instituiu, por meio do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI”, que objetiva “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação”, utilizando-se do “melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes” nessas instituições. (ANPED, 2007, p. 21)

Essa contra reforma educacional consiste em uma expansão da educação superior no país que propiciou, portanto uma descentralização e um reordenamento dessas universidades federais, o que foi chamado de, REUNI. Este programa foi uma iniciativa governamental, instituída pelo governo federal do PT, Partido dos

trabalhadores, e como já foi dito anteriormente encabeçado na figura do presidente Lula.

A reformulação da educação superior que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva encontra-se inserida em um amplo reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado, a partir da materialização da noção de público não estatal operada pelas parcerias público-privado. (LIMA, 2007, p.1)

Os objetivos dessa descentralização eram diversos e buscavam principalmente levar a educação superior para o interior dos estados brasileiros, proporcionando uma maior qualidade da educação e maior democratização do ensino superior, almejando diminuir o número das evasões das universidades públicas e assim garantir uma maior permanência de seus alunos das graduações.

Desta forma o REUNI é uma forma que o governo adotou para diminuir a evasão e ampliar o ensino superior, descentralizando as universidades federais e levando para o interior dos estados brasileiros, novas universidades a fim de poder principalmente elevar o acesso ao ensino superior direcionando a formação superior para uma parcela da população que não estava incorporada a esse tipo de ensino ou que não podiam manter a sua permanência nas universidades federais que se encontravam majoritariamente nas capitais dos estados do país. O MEC explica as finalidades do REUNI abaixo,

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com conclusão até 2012.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (BRASIL, MEC, 2015)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada a partir do REUNI, foi homologada através da lei de número, lei 11.151 em 29 de julho de 2005. Ela é uma universidade pública brasileira e foi a primeira escola de ensino com origem gratuito para a graduação em serviço social de cunho federal dentro do território da Bahia.

A sede da UFRB, a sua reitoria, encontra-se na cidade do recôncavo baiano de Cruz das Almas, cidade interiorana que se localiza a 146 km da capital do estado, Salvador.

Conforme foi publicado no diário oficial da união, o decreto que regulamenta a criação da universidade segue abaixo,

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, criada pelo Decreto-lei nº 9.155 de 8 de abril de 1946. Parágrafo único. A UFRB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia. Art. 2º A UFRB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFRB, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes. Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFRB será regida pelo estatuto atual da UFBA, no que couber, e pela legislação federal. Art. 4º Passam a integrar a UFRB, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA. Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFRB. Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia, na data de publicação desta Lei. Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta Lei;

III - 134 (cento e trinta e quatro) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior, conforme o Anexo II desta Lei; e

IV - 698 (seiscentos e noventa e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta Lei. (BRASIL, 2005)

Hoje a universidade possui uma estrutura de ensino com múltiplos centros de ensino, ou seja, a UFRB distribuiu em varias cidades do recôncavo da Bahia os seus cursos de graduação, agrupando-os em diversas cidades do interior de acordo com cada área de conhecimento específico como é pontificado no documento de criação da Universidade Federal do Recôncavo.

Essa intenção tem um objetivo principal que é o de explorar o potencial de cada cidade da região de forma que seja o mais igualitário possível, para que todos possam se beneficiar dos conhecimentos, da cultura e de todos os benefícios que

acarreta com a vinda da universidade para as respectivas cidades do interior da Bahia.

Essa tomada de decisão torna a UFRB uma universidade diferenciada logo que, possibilita uma maior disseminação da cultura do recôncavo baiano e com essa possibilidade de multicampismo faz com que cada centro, encontrando-se dentro da organização de cada cidade troque saberes, aprenda e ensine com a população local de cada respectiva cidade.

Como cita o PPC do curso de serviço social da UFRB,

O modelo multicampi da UFRB tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do recôncavo, bem como servir de pólo integrador, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, explorando as culturais locais, os aspectos específicos e essenciais da sua organização social e do meio ambiente. (PPC, 2008)

Os campos da Universidade Federal do Recôncavo localizam-se nas cidades de Amargosa, onde fica o Centro de formação de professores; Cachoeira, que é o Centro de Artes, Humanidades e Letras; em Cruz das Almas que é a própria sede da UFRB onde conta com o Centro das Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas; em Feira de Santana, o Centro da Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade; na cidade de Santo Amaro da Purificação, é o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; e por último na cidade de Santo Antonio de Jesus, onde fica o Centro de Ciências da Saúde.

A universidade federal do recôncavo da Bahia possui atividades de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas de conhecimento. Hoje a UFRB dispõe regularmente de 40 cursos de graduação divididos em cinco áreas de conhecimento, que são os bacharelados, as licenciaturas e os cursos de tecnologia.

São disponibilizados também dois cursos de doutorado na UFRB, o Doutorado em Ciências Agrárias e o Doutorado em Engenharia Agrícola, além de seis especializações, Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semi-árido Brasileiro; Especialização em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil; Especialização em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social; Especialização em Teorias e Métodos da História; Especialização em Trabalho, Educação e Desenvolvimento para Gestão da Educação Profissional; Especialização em Educação e Interdisciplinaridade.

A instituição de ensino, UFRB, já oferece doze cursos de mestrados, Mestrado em Ciência Animal; Mestrado em Ciências Agrárias; Mestrado em Ciências Social; Mestrado em Engenharia Agrícola; Mestrado em Microbiologia Agrícola; Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais; Mestrado em Solos e Qualidade de Ecosistema; Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária; Mestrado Profissional em Educação do Campo; Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígena; Mestrado Profissional em Matemática, o PROFMAT.

A UFRB oferece também, residência em Nutrição Clínica com Ênfase em Terapia Intensiva, no campus das Ciências da Saúde.

Atualmente um dos únicos modos de ingressar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ou seja, a forma de seleção de novos ingressos é através do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, que seleciona os novos estudantes pelo Sistema de Seleção Unificada, o SISU. *“O SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação, por meio do quais instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem”.* (MEC, 2015)

4.1 A implantação do primeiro curso público de Serviço Social do estado na UFRB

Torna-se ponderoso trazer a discussão da implementação do primeiro curso público de serviço social do estado que foi criado, como já referido na universidade federal do recôncavo da Bahia, pois, consiste neste momento específico que encontramos de fato com o meu sujeito da pesquisa, os estudantes do bacharelado de serviço social desta universidade em questão.

Assim com a vinda da universidade federal e concomitantemente através da implantação do Centro de Artes Humanidades e Letras, CAHL, na cidade de Cachoeira trouxe para o município grandes possibilidades de crescimento. Crescimento este, que se reflete na própria economia da cidade, que com o rápido aumento populacional acelerou e sofreu, portanto, um aquecimento do comercio interno, assim como aconteceu também no turismo da cidade de Cachoeira, que de forma perceptível teve um aumento de seu contingente e passou a intensificar mais as suas rotas turísticas.

Segundo um artigo denominado “A cidade de Cachoeira: crescimento e desenvolvimento à luz da periferia” de Luiz Eduardo da Silva Sacramento e Miguel Cerqueira dos Santos, 2014, dos Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia da universidade estadual UESC.

Nos últimos anos, o referido centro urbano ascende novas perspectivas de crescimento, a partir do tombamento realizado pelo IPHAN, reconhecendo a riqueza do patrimônio arquitetônico, e em decorrência da implantação de novas atividades comerciais e de serviços, sobretudo com a inauguração da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB. Em função disso, a dinâmica urbana observada na cidade de Cachoeira apresenta pontos antagônicos. Por um lado, aumentou o número de visitantes, ampliaram-se as ofertas comerciais e de serviços e possibilitou novas possibilidades de acesso à educação. Por outro lado, o crescimento acelerado e sem o devido planejamento provocou o aumento da especulação imobiliária, impulsionou o aumento da população periférica e dificultou o acesso ao emprego e à renda.

Portanto a criação do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que aconteceu através da comissão de expansão do centro de Artes Humanidades e Letras, CAHL, da cidade de Cachoeira aprovou pelo Conselho Diretor de Centro, o curso de serviço social em 29 de março do ano de 2007.

Atreves desta criação e da aprovação de expansão dos centros da Universidade Federal do Recôncavo, surge, como já foi dito anteriormente, o primeiro curso em uma universidade federal de serviço social no estado da Bahia, como já foi dito anteriormente, após 64 anos da primeira escola do estado.

O curso habilita os estudantes em bacharéis em Serviço Social, a graduação nesta universidade oferta este curso na modalidade de ensino presencial, no que se refere aos turnos de funcionamento, foram disponibilizados e determinados a partir de sua implantação e criação em dois períodos, primeiramente um turno noturno e outro diurno.

São oferecidos e disponibilizados para a graduação a quantidade de 100 vagas anuais, sendo 50 vagas disponibilizadas no primeiro semestre e as outras 50 vagas no segundo semestre letivo do ano, como se apresenta estabelecido e preconizado no PPC do curso, Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social desta universidade em questão.

Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a graduação em serviço social, no que se refere à distribuição das cargas horárias totais das disciplinas do

curso ao todo, 2.142 horas de matérias consideradas obrigatória, que devem ser cursadas pelos alunos impreterivelmente.

Consta no currículo da graduação da UFRB, 340 horas de disciplinas optativas, onde cada aluno tem a possibilidade, no semestre letivo, de escolha de matéria, de acordo com cada interesse pessoal. Quanto ao estágio supervisionado obrigatório, são 392 horas em que a instituição determina que cada estudante curse este estágio supervisionado em campo e logo, nas diversas áreas de atuação do serviço social.

É neste momento específico que o aluno entra de fato em contato com a profissão, adentrando de fato na prática profissional, conhecendo de perto os dilemas do trabalho do assistente social.

Faz-se necessário e imprescindível este momento, logo que, é justamente no estágio supervisionado em que a formação do aluno se consolida em meio a uma rede de situações e vertentes complexas apresentadas no dia a dia do estágio, esse momento específico é dotado de grande aprendizagem, é neste momento em que o estudante coloca em prática as teorias tanto debatidas e trabalhadas em sala de aula mediante os conceitos e temas perpassados pelos professores e mestres na instituição em questão, a UFRB.

Na universidade federal do recôncavo também, é necessário que cada aluno da instituição realize 128 horas de atividades complementares, que compreendem atividades ligadas ao curso no caso, do serviço social, e que contribuam para a formação pessoal e profissional do estudante, totalizando ao final da graduação 3.002 horas.

Estas informações ligadas às cargas horárias são preconizadas e encontradas através e no próprio PPC do curso de Serviço Social, também criados no ano de 2008.

Desta forma, cada disciplina oferecida no bacharelado de serviço social da universidade, variam entre 68 horas e entre 34 horas aulas, que devem ser lecionadas dentro de cada semestre letivo do ano. São ao todo 34 disciplinas obrigatórias que o curso de serviço social da UFRB disponibiliza, além de 5 disciplinas optativas que devem ser cursadas durante o tempo cursado do bacharelado.

A graduação em serviço social da UFRB tem regime semestral e preconiza que há tempos mínimos e máximos de permanência em toda a duração do curso,

tendo como tempo mínimo 3 anos, ou seja 6 semestres letivos, tempo médio de 4 anos ou seja, 8 semestres e tempo máximo de 7 anos correspondendo a 14 semestres.

4.2 Perfil dos alunos do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB: Dados da pesquisa realizada

Iniciamos o trabalho de campo em busca do cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho, aplicando um conjunto de procedimentos metodológicos que fundamentaram a sua execução.

O percurso metodológico para investigar o objeto deste trabalho consistiu como já referido, em uma pesquisa exploratória e como forma de abordagem utilizou-se e optou-se em usar a pesquisa qualitativa com base em questionários com perguntas objetivas e discursivas.

Esta opção metodológica foi determinada, pois para a realização deste estudo, a pesquisa qualitativa possibilitaria assim responder a questões muito particulares de cada estudante em questão. Os procedimentos, portanto para investigar o nosso objeto de estudo foi ir a campo em busca direta com os nossos sujeitos da pesquisa, os estudantes do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB.

Para interpretar as respostas obtidas nos questionários alguns conceitos foram usados, conceitos estes que foram abordados nos primeiros capítulos deste trabalho em questão, como exemplo disto usamos concepções de relações sociais e sobre as questões das políticas de educação buscando desta forma, analisar os dados obtidos através dos questionários aplicados.

Foram aplicados 30 questionários na turma do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB no dia 23 de fevereiro de 2015, com o intuito de conhecer os alunos e saber quais as perspectivas desses novos ingressos sobre a profissão de Assistente social.

Deixamos com que as perguntas fossem respondidas livremente pelos sujeitos da pesquisa em questão para que houvesse de fato uma liberdade e possibilitando assim uma integridade nas respostas obtidas.

Na turma do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB do semestre 2014.2, possuem 50 alunos matriculados, entretanto segundo relatos dos professores há 35 alunos frequentando regularmente as disciplinas.

Do total de questionários aplicados, ou seja, dos que foram entregues na turma do 1º semestre, 28 destes foram respondidos devidamente e apenas 2 questionários voltaram em branco para a pesquisadora em questão. Logo observamos que obtivemos um total de 93% de questionários válidos para iniciar a análise da pesquisa.

Analisamos as respostas quanto ao sexo dos entrevistados, foi observado que 72% dos alunos do 1º semestre são do sexo feminino, a turma, portanto consiste em quase sua maioria por mulheres, ratificando assim uma característica própria da profissão, que historicamente foi marcada por sendo uma área de trabalho específica de mulheres onde o trabalho era direcionado para este sexo em questão.

Outro dado importante verificado com os questionários aplicados consistiu na prerrogativa da idade do aluno, onde foi analisada a faixa etária da turma em questão, percebemos que as idades variam entre 18 a 51 anos.

Foi observado que a turma do 1º semestre do curso de Serviço Social da UFRB é um grupo diversificado no quesito idade, possuindo alunos de diversas faixas etárias, possibilitando assim uma variedade de gerações.

Foi importante analisar a naturalidade dos estudantes, buscando averiguar quais as origens destes sujeitos, este quesito naturalidade do participante da pesquisa possibilitou identificar que um pouco mais da metade, 53%, dos alunos são naturais do recôncavo da Bahia, tendo nascido nas cidades de Amargosa, Cruz das Almas, Feira de Santana, Maragogipe, Muritiba, São Félix, Sto. Amaro e Sto. Antonio de Jesus.

Segundo o PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional, da UFRB elaborado para o período de 2010/2014, a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve e que pretende desenvolver no período de sua vigência, deveria buscar como metas, por exemplo, aprofundar a integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

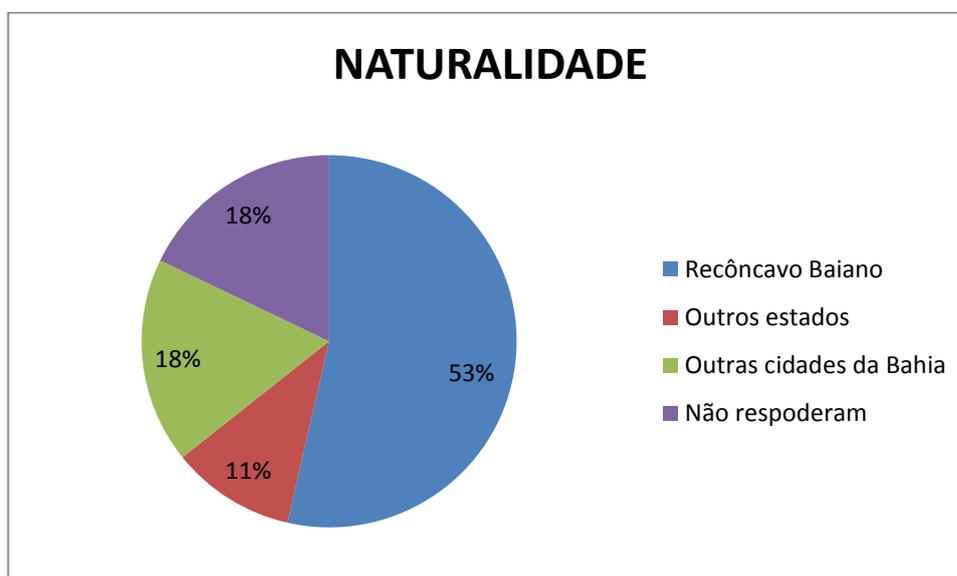
A universidade em questão, segundo o seu PDI não deve perder de vista que ela tem um compromisso com a comunidade local a que ela se insere, sem perder a noção de universalidade, como “espaço de aprendizagem”, buscando de esta forma propor ações entre a Universidade e a população regional, de modo a contribuir na melhoria da população das cidades circunvizinhas ajudando assim no processo de aprendizagem da comunidade regional.

Esses dados nós mostram e possibilitam assim analisar que gradativamente a população local se insere no ensino superior e principalmente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na cidade de Cachoeira.

Muitas das medidas que poderiam causar grande transformação na educação advêm, por exemplo, do maior acesso ao ensino superior onde acarreta desta forma em um aumento de alunos locais. Desta maneira os dados obtidos no questionário quanto à naturalidade dos novos ingressos, mostram que pode ter havido algumas melhoras na Educação local, ou que de algum modo houve um maior interesse desses estudantes em ingressarem na UFRB, logo que há perceptivamente um maior contingente de alunos da região adentrando nos cursos superiores da universidade em questão.

Se houve de fato uma melhora na educação básica do município e das cidades circunvizinhas da região não cabe a este trabalho analisar, entretanto o que nos foi demonstrado através da análise dos dados, é que houve de fato um maior acesso ao ensino superior pra os alunos da região do recôncavo da Bahia.

Gráfico 01: Discentes do 1º semestre 2014.2 quanto à sua naturalidade.



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

Outro ponto importante observado foi à instituição em que estes alunos concluíram os seus respectivos ensino médios. Foi observado que a maioria dos alunos que se encontram frequentando as aulas regulamente são oriundos de escolas públicas.

A mudança na educação brasileira depende em grande parte de esforços políticos e principalmente de maiores incentivos econômicos, mas em contra partida analisando os resultados da pesquisa, houve a possibilidade de perceber que estão acontecendo transformações no que se refere ao ingresso de estudantes da rede pública da região e que tem feito toda a diferença para a Educação e da qualidade de profissionais do recôncavo da Bahia.

Compreender a lógica da educação no Brasil é entender que as disparidades econômicas refletem no nosso modelo educacional e, portanto, na formação intelectual das crianças e jovens do nosso país. Entretanto através do diagnostico dos resultados da pesquisa realizada conseguimos verificar uma leve mudança no que se refere ao acesso de uma parcela da população que historicamente foi negada do direito a uma educação com qualidade.

Gráfico 02: Discentes do 1º semestre 2014.2 quanto a sua instituição de conclusão do ensino médio.



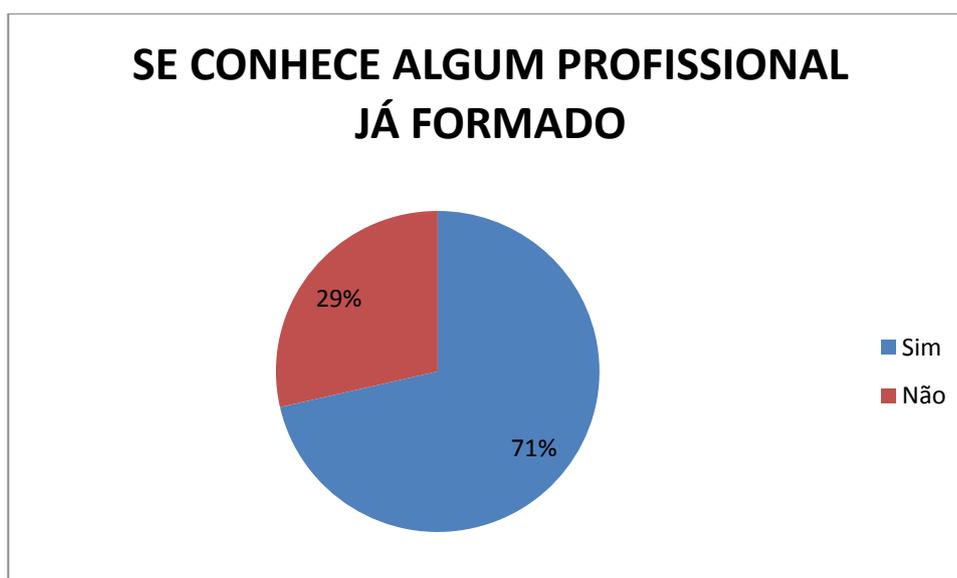
Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

Questionamos também aos alunos do 1º semestre se o estudante já conhecia algum profissional de Serviço Social formado antes de ingressar no curso logo que infere-se que se o aluno já tivesse algum contato anterior com algum profissional da área já poderia ou não ter algum conhecimento prévio da profissão.

E foi notado que sim, a maioria dos alunos já haviam anteriormente tido contato com profissionais formados em Serviço Social. Muitos dos alunos declararam que esse contato foi através da saúde da família, também pelo requerimento de programas de auxílios do governo, o bolsa família, como foi relatado por alguns entrevistados e através da previdência social, onde foram atendidos ou acompanharam atendimentos por esses profissionais.

Notamos assim que os Assistentes sociais encontram-se ainda em sua maioria trabalhando em instituições governamentais, estaduais e municipais nas áreas da saúde, previdência e secretarias de assistência social, onde ainda percebemos um maior contingente de profissionais nestes espaços sócio-ocupacionais, logo que a expansão e metamorfoses destes espaços pressupõem associá-los na totalidade histórica do mundo do trabalho considerando assim todas as formas assumidas pelo capital.

Gráfico 03: Discentes do 1º semestre 2014.2 se conhecem algum profissional formado em Serviço Social?



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

Questionamos se o estudante já havia recebido informações sobre grupos de pesquisa e extensão da universidade. Essa pergunta procurou identificar se há ou não um direcionamento, uma divulgação dos grupos de pesquisas da universidade.

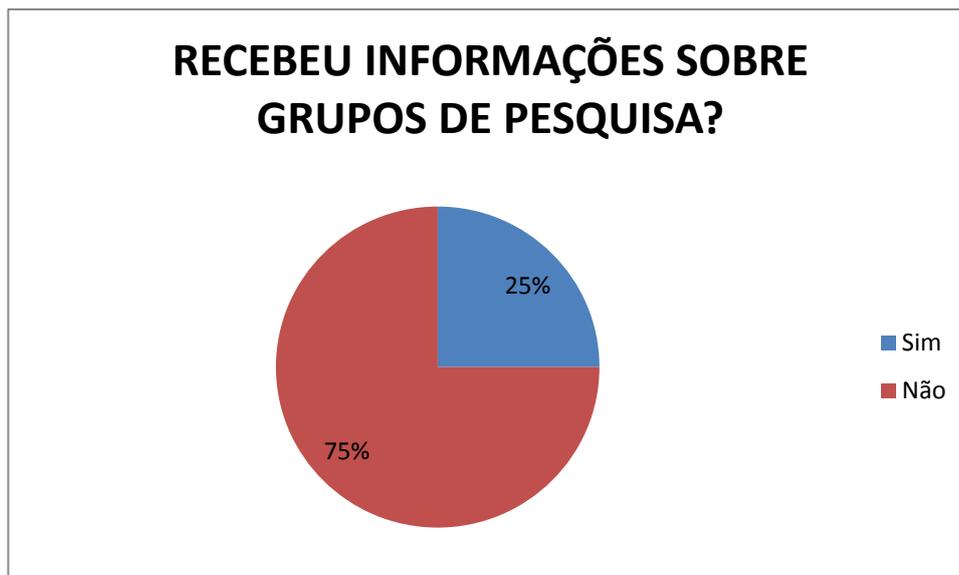
Notamos primeiramente a falta de divulgação dos grupos de pesquisa e extensão da universidade onde a grande maioria dos novos alunos, cerca de 75%, não sabe ainda sobre esses grupos, o que nos faz refletir sobre como a pesquisa e a extensão mesmo dentro de uma universidade federal torna-se muitas vezes algo bastante restrito e distante devido principalmente a falta de disseminação de informações sobre esses grupos

Notou-se que na verdade que esses estudantes nem sabem ao certo o que é um grupo de pesquisa e extensão universitário, os grupos relatados pelos alunos que haviam respondido positivamente sobre este questionamento, se referiram apenas a 2 grupos ativos no CAHL que foram o GTSSSEDU e o grupo Marxista.

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui partes fundamentais do ensino universitário e não deveriam ser compartimentados tornando-se restritos aos estudantes.

Ao analisar as respostas deste quesito pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas que acontecem isoladas dos demais grupos e núcleos estudantis, tornando-se distante da grande parcela dos alunos, e conforme o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que *“as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*, concluindo assim que precisamos repensar como estão acontecendo essas práticas dentro da universidade.

Gráfico 04: Discentes do 1º semestre 2014.2 se já recebeu alguma informação sobre grupos de pesquisa e extensão no CAHL?



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

É conhecimento que atualmente o nosso país vive a expansão do setor público da educação superior com a ampliação das universidades federais e dos institutos de educação profissionais e tecnológicos, como já foi citado anteriormente, e a partir disso questionamos aos alunos qual foi a motivação pela escolha da UFRB.

Sabe-se que são as cidades grandes que recebem contingentes populacionais com níveis de escolaridade e qualificação profissional com maior qualidade logo que as grandes instituições de ensino encontram-se localizados justamente, nos grandes centros urbanos. Desta forma, a contra reforma universitária que aconteceu em nosso país utilizando das descentralizações das universidades federais possibilitou que pessoas, as quais não tinham condições de ingressar no ensino superior, fossem beneficiadas com a vinda das federais para o interior dos estados.

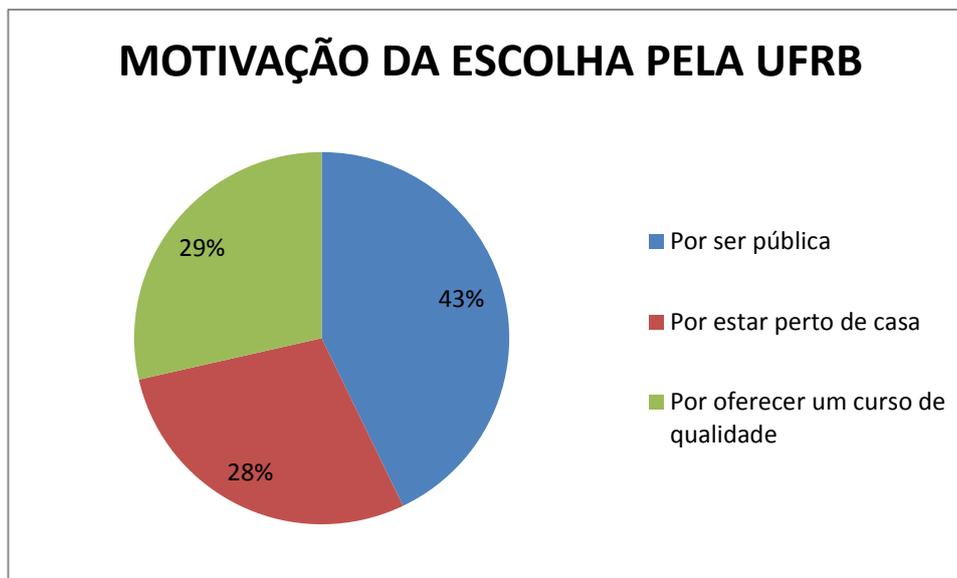
Foi observado que as grandes motivações pela escolha da universidade em questão aconteceram devido ao fato da instituição em questão ser de origem pública, por estar próxima a residência do estudante e por acreditar que a universidade oferece um curso de qualidade.

Observa-se que os alunos foram motivados principalmente pela proximidade, por interesses econômicos e quanto à qualidade do curso oferecido pela UFRB.

Desta forma o avanço do ensino superior no país proporcionou de certa forma uma maior possibilidade de acesso afinal, devido à expansão e a proximidade entre

residência e universidade acarretou e possibilitou de certa forma uma democratização da educação superior no Brasil.

Gráfico 05: Discentes do 1º semestre 2014.2 porque escolheu a universidade em questão?



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

É dentro das contradições e antagonismos sociais que o Serviço Social atua, o Código de Ética do Serviço Social abraça a causa dos direitos sociais entendendo que a garantia dos direitos humanos são essenciais à sobrevivência da sociedade.

Desta forma não há como negar que a violação dos direitos humanos é algo presente na sociedade brasileira e que por muitas vezes naturalizamos a pobreza e a violação de direitos.

Entretanto o Serviço Social que está sim ligado aos direitos humanos e sociais é posto em um patamar de defensor de todas as causas e mazelas sociais, atribuindo ao profissional um dever que leva o senso comum a personificar a profissão como uma entidade que deve exterminar com as causas de desigualdades sociais que não é o caso e não são atribuições do profissional.

O serviço social tem um compromisso e se “*posiciona em favor da equidade e justiça social*”, entretanto ele é um único agente de trabalho em favor da igualdade e logicamente necessita de auxílio de outros agentes presentes na sociedade.

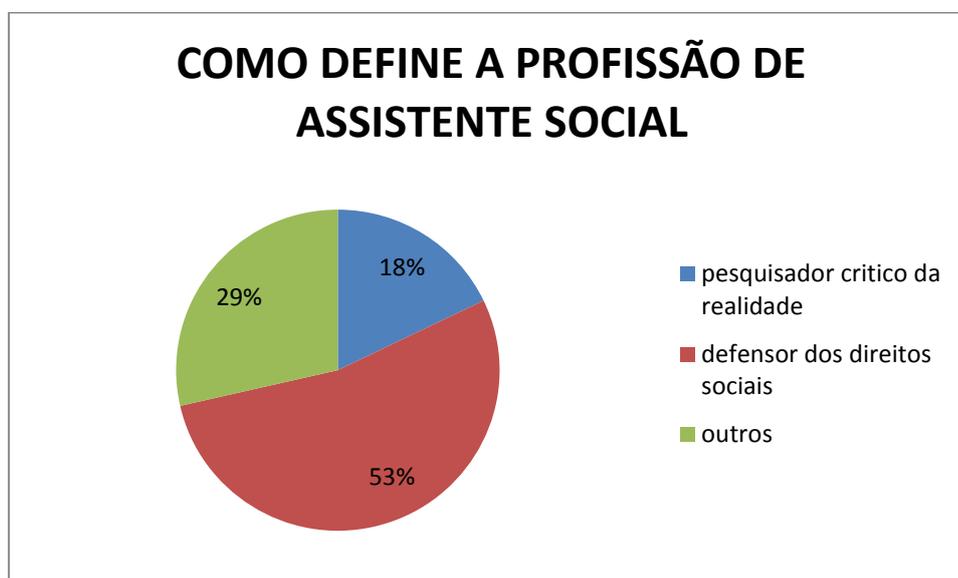
Quando questionamos sobre como o aluno definiria a profissão de Assistente Social foi observado que majoritariamente dos alunos não sabem de fato as

atribuições da profissão, e desta forma eles os caracterizam como sendo apenas profissionais que defendem direitos sociais, colocando o Assistente Social como um profissional que findaria todas as mazelas presentes em nossa sociedade.

A atuação do Assistente Social está presente nos diversos segmentos da sociedade, e por meio de uma atuação correta o serviço social busca a consolidação dos diversos direitos sociais e democráticos uma vez que esse trabalho necessita-se ser articulado. Outro ponto importante a ser discutido é o fato de termos observado que muitos dos alunos caracterizam a profissão como pesquisadora da realidade, fato este que não condiz às atribuições da profissão explicitada no código de ética profissional.

Desta forma mais uma vez conclui-se que quase toda a turma do primeiro semestre desta instituição em questão ainda não sabe de fato definir o Serviço Social e muito menos as suas competências profissionais.

Gráfico 06: Discentes do 1º semestre 2014.2 como você definiria a profissão do Assistente Social?



Fonte: Banco de dados da pesquisa. 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social nas últimas décadas enfrentou diversos desafios em busca do seu fortalecimento enquanto profissão, revendo conceitos e diretrizes. No entanto, é impossível refletir sobre tais acontecimentos sem considerar a trajetória histórica desta profissão em questão.

A reflexão sobre a atuação profissional do assistente social em seu aspecto macro evidencia a necessidade de compreensão e de uma reflexão sobre as formas de atuação desses profissionais que e neste sentido, busca ainda que com grandes entraves políticos e econômicos modificar a realidade que o cerca e a sua intervenção tornam-se importantes ferramentas da trajetória da vida social.

A conclusão de todas as etapas inerentes a execução deste trabalho de conclusão de curso me permitiu a concretização real da construção desta pesquisa, paradoxalmente a sensação da pesquisadora ao finalizá-lo é a de que a busca pelo conhecimento ainda se encontra em seu começo.

A trajetória percorrida, mediante a utilização destas ferramentas de pesquisa, bibliográfica e de campo, proporcionou a reflexão de certa forma mais amadurecida quanto aos diversos aspectos apontados no decorrer de todo o estudo na minha graduação em Serviço Social.

Quanto aos dados recolhidos na pesquisa de campo pude observar como ainda precisamos aprimorar os conhecimentos, nunca perdendo de vista a qualidade oferecida no curso de Serviço Social da UFRB, não aqui pondo em dúvidas sobre a qualidade do curso, mas estabelecendo relações e análises de possíveis pontos que necessitam de uma olhar mais cauteloso de seus gestores, logo que pude observar a puerilidade com que esses alunos estão ingressando no ensino superior e com as fragilidades de conhecimentos desses alunos.

O desafio assumido no início com certeza seria enfrentado de outra maneira se o iniciasse neste momento, após tão preciosos amadurecimentos. Enfim, isso tudo serviu e agregou valores a minha formação por ser mais um desafio do conhecimento, este que está sempre em constante construção e aprimoramento.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. DIRETRIZES CURRICULARES (Proposta de adaptação ao modelo de enquadramento definido pela SESU/MEC, elaborado pela Coordenação Nacional de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS) texto mimeografado, 1999.

ABEPSS. Diretrizes e Bases para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.

ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. Educação, v. 32, n. 1, 2009.

ANPED. Cad. ANDES Brasília n. 25.2007

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007

BRASIL. Lei 10.172 - PNE 2001 - 2010. Brasília: 2001

BRASIL. Lei Nº 11.151, DE 29 DE JULHO DE 2005. Brasília: Casa Civil. 2005

BRASIL. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), PL nº 8.035/2010. Câmara dos Deputados. Brasília: 2012.

CFESS, Posicionamento das Entidades Nacionais de Serviço Social Sobre a Criação e Proliferação de Cursos de Graduação À Distância, Brasília. 2007

CFESS, Meia Formação não Garante um Direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social. Brasília. 2013

CFESS. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional/Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prédes. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. ASSISTENTE SOCIAL: Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre essa categoria profissional. Brasília: CFESS, 2012

CFESS. Manifesta. Serviço Social na Saúde. Em defesa da reforma Sanitária e do Projeto Ético-político do Serviço Social na Saúde. Brasília, 8 de junho de 2009.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília: 2009. _____. CFESS Manifesta. O trabalho do assistente social no SUAS. Política pública se faz com condições de trabalho. Brasília, 2 de abril de 2009

CUNHA, Antonio Eugenio. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PRIVADA BRASILEIRA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO DA LIVRE INICIATIVA.

DA SILVA SACRAMENTO, Luiz Eduardo; DOS SANTOS, Miguel Cerqueira. A cidade de Cachoeira: crescimento e desenvolvimento à luz da periferia.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. – 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA Desafios do Ensino Básico. 1997

<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> (acessado em 7 de fevereiro de 2015)

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18 ed. São Paulo: Cortez; [lima, peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no serviço social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. Ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. Reforma do ensino superior e serviço social. ABEPSS, Brasília. 2004

LIMA, Kátia. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula, SP: Xamã, 2007.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço social: identidade e alienação. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 165p.

NETTO, José Paulo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito de la "cuestión social". Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Netto, José Paulo. Reforma do Estado e Impactos no ensino Superior. ABEPSS, Brasília. 2004

PEREIRA, D. V. L., Nascimento, J. Queiroz, L., & da Cruz Silva, M. A trajetória do Serviço Social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. G. M. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos do ensino pós-Idb 9394/96. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, 2004. Disponível em: . Acesso em: 03 março. 2015.

SPOSATI, A. A menina Loas: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, B. Ottoni. Serviço Social: Precursores e Pioneiros. Agir. Rio de Janeiro. 1984.

YAZBEK, M. C. Estudo e evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 1977.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

1 Questionário da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA SERVIÇO SOCIAL

Marcela Mary José da Silva

Yrai Schmalb Passos

PESQUISA | DISCENTES DO 1º SEMESTRE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUE RELAÇÕES OS TROUXERAM PARA O CURSO?

QUESTIONÁRIO

- 01 - Nome (opcional) _____
- 02 – Sexo: Feminino () Masculino ()
- 03 - Idade: _____
- 04 - Estado civil: Solteiro/a () Casado/a () divorciado/a () Outros _____
- 05 - Possui filhos? Sim() Não() Se sim quantos? _____
- 06 – Naturalidade: _____
- 07 – Instituição de conclusão do ensino médio: Particular () Público ()
- 08 - Ano de conclusão do ensino médio: _____
- 09 - Fez curso pré-vestibular? Sim () Não () Se sim quantas vezes? _____
- 10 - Cidade onde reside? _____
- 11 – Você trabalha? Sim () Não () Se sim onde? _____
- 12 - Já fez outro curso superior? Sim () Não () Se sim qual? _____

13 – O curso de Serviço Social foi a sua primeira escolha?

Sim () Não () Se não qual foi a 1ª escolha ? _____

14 - Conhece algum profissional formado em Serviço Social?

Sim () Não() Se sim ele trabalha em qual área? _____

15 - Está satisfeito até agora com o curso? Sim () Não ()

16. Já foi atendido por algum Assistente Social ou acompanhou algum atendimento?

Sim () Não() Se sim qual?_____

17 - Já solicitou bolsa da PROPÆ? Sim () Não()

18 - Já recebeu alguma informação acerca de grupos de pesquisa e de extensão no CAHL? Sim () Não() Se sim qual?_____

19 - Porque escolheu a universidade em questão?

20 - O que acha da profissão do Assistente Social?

21 - O que está achando do curso até o momento?

22 – Como você define a profissão do Assistente Social?
